

O LEVIATÃ ADVENTISTA

Análise sociológica da forma de governo
da Igreja Adventista do Sétimo Dia

Por
Edegard Silva Pereira

Direitos autorais reservados.
Este trabalho pode ser difundido livremente
desde que seja atribuído a seu autor.



Edegard Silva Pereira concluiu o ensino médio no Instituto Adventista do Uruguai. Formou-se em Teologia no Colégio Adventista do Prata, Argentina. Em 1965 deixou seu país, o Uruguai, para exercer a atividade pastoral no Brasil. Foi pastor nos distritos de Castanhal, PA; Macapá, AP; Presidente Prudente, SP; Freguesia do O, Vila Matilde, Casa Verde, Ipiranga e Brooklin Paulista na Cidade de São Paulo. Fez mestrados em Ciências da Religião e em Comunicação Social na Universidade Metodista de São Paulo. Poucas pessoas têm se dedicado, como ele, ao estudo da organização da Igreja Adventista do Sétimo Dia. Este trabalho é o resultado de mais de três décadas de experiência, reflexão e pesquisa.

ÍNDICE

Prefácio	4
Introdução	6
1. Apresentação do Monstro.....	8
2. A Astúcia do Leviatã.....	16
3. O Mito do Modelo Divino.....	25
4. Exame da Função Administrativa.....	34
5. Exame do Processo e do Comportamento Administrativos.....	49
Epílogo.....	68

PREFÁCIO

Cada vez é mais difícil (especialmente para os mais lúcidos) aceitar a forma de governo da Igreja Adventista do Sétimo Dia como ela é. Existem coisas cuja obscenidade é insuportável, como a politicagem, o despotismo administrativo, a cobiça dos cargos, das vantagens pecuniárias, o fascínio do poder, que criam um ambiente interno brutal. Para muitos adventistas do sétimo dia, especialmente para os “obreiros” subalternos, a máquina da organização eclesiástica é uma fatalidade à qual devem se sujeitar.

Cresce o número de adventistas do sétimo dia que se mostram preocupados com a complexidade e o autoritarismo do controle administrativo. Porém, a maioria deles não sabe determinar com rigor qual é a causa desse fenômeno. Geralmente se pensa na necessidade de reduzir a quantidade exagerada de níveis de administração. Cogita-se em eliminar as “Uniões” ou as “Divisões”. Mas isso não atingiria a causa real que é outra: o conceito de poder adotado pela elite dominante da Igreja Adventista do Sétimo Dia. Antes de fazer este estudo, eu pensava que a dominação era uma falha de algumas autoridades eclesiásticas. Hoje sei que a dominação é a essência do sistema.

Vivi dentro do sistema uma boa parte de minha vida. Foram nove anos de internato em colégios adventistas no Uruguai (quatro anos), na Argentina (três anos) e no Brasil (um ano), preparando-me para o pastorado. Depois foram mais de duas décadas exercendo a atividade pastoral na Missão Baixo Amazonas e na antiga Associação Paulista. Apesar de ter vivido décadas dentro do sistema, eu não o conhecia a fundo. A visão que eu tinha dele era idealista, ingênua.

Mas não pude deixar de perceber que muitos dirigentes adventistas têm um comportamento administrativo que se esquece da importância das pessoas, não faz justiça à palavra de Jesus e provoca angústia nos subalternos.

De onde vem esse comportamento repugnante que se esquece da importância das pessoas? Por que, em certos aspectos administrativos, os dirigentes adventistas manifestam uma insensibilidade terrível a certas instruções de Jesus? Perguntas incômodas como essas exigiam uma resposta, uma explicação.

Em 1985 resolvi enfrentar os paradoxos da forma de governo da Igreja Adventista do Sétimo Dia, fazendo o Mestrado em Ciências da Religião na Universidade Metodista de São Paulo. A área de Religião e Ciências Sociais me oferecia a oportunidade para realizar um estudo sério nesse sentido. Em 1988 apresentei minha dissertação de mestrado *Governo Eclesiástico. A Burocracia Representativa da Igreja Adventista do Sétimo Dia*.

As páginas que seguem são uma adaptação desse trabalho. Para tornar sua leitura mais leve, procurei eliminar um pouco o caráter acadêmico do

trabalho original. Suprimi as notas de rodapé e escolhi outro título geral. Acrescentei os capítulos “Apresentação do Monstro” e “O Mito do Modelo Divino”, mudei os títulos dos capítulos e reescrevi parte do texto.

Espero que o leitor encontre nestas páginas uma compreensão do que realmente é a organização da Igreja Adventista do Sétimo Dia.

INTRODUÇÃO

Existe uma diferença entre o que os adventistas do sétimo dia (de agora em diante designados “adventistas”) afirmam oficialmente ser a sua forma de governo eclesiástico e o que ela é de fato.

O livro de normas que regula as funções e os procedimentos institucionalizados da Igreja Adventista do Sétimo Dia (de agora em diante designada pela sigla IASD) —chamado *Manual da IASD*— afirma que a forma de governo é a representativa. Mas essa afirmação é parcialmente verdadeira, pois a observação da prática revela que a organização adventista, sem abandonar o sistema representativo, se aproxima cada vez mais de maneira deliberada do modelo burocrático.

O referido manual, mediante uma versão teísta da organização, sugere que a forma de governo da IASD é de origem divina e se fundamenta em princípios bíblicos. Porém, é preciso reconhecer que burocracia e representação política são métodos modernos de administração, desenvolvidos no âmbito civil do Ocidente.

Este trabalho têm como propósito estudar a forma de governo da IASD tal como se mostra na realidade, isto é, os elementos que a integram, os fenômenos relacionados com esses elementos, a fim de defini-la melhor, explicar a verdadeira natureza de suas funções e procedimentos e verificar seus efeitos.

O *Manual da IASD* declara que os adventistas recusaram as formas tradicionais de governo eclesiástico —monárquico, episcopal, presbiteriano sinodal e congregacional— e adotaram a forma representativa. Geralmente, essas formas tradicionais de governo eclesiástico são abordadas mediante um enfoque bíblico e histórico. Mas a adoção de métodos modernos de administração pela IASD torna insuficiente esse tipo de análise. Em nossa análise aqui, navegaremos entre as Ciências Sociais, as Ciências Políticas e a Teologia Bíblica.

A sociologia da religião (por exemplo, Roger Mehl, *Tratado de Sociología del Protestantismo*, Madrid, Studium, 1974) mostra que as igrejas cristãs se organizam de acordo com modelos oferecidos pela sociedade civil. Ou seja, elas têm a tendência de copiar as formas de governo e de chefia mais admiradas no mundo civil. Dou como exemplos disso a Igreja Católica Romana, que imitou a estrutura de Império Romano; os jesuítas e o Exército de Salvação, que copiaram a organização militar. Nos tempos contemporâneos, as igrejas cristãs adotam métodos e técnicas modernas de administração para alcançar seus objetivos. Experimentam um crescente processo de burocratização. Centralizam e profissionalizam a administração. Se aproximam cada vez mais das estruturas do Estado contemporâneo e das grandes corporações mercantilistas.

Meu objetivo aqui é mostrar o seguinte: 1) a forma de governo da IASD foi constituída usando o modelo de organização oferecido pela sociedade norte-americana —uma versão moderna do Leviatã—, porém mantendo certas particularidades; 2) é uma forma mista de governo eclesiástico, composta por burocracia e representação política.

A análise da forma de governo da IASD tem como procedimento o seguinte: num primeiro momento, se concentra no modelo real oferecido pela sociedade norte-americana, e no modelo imaginário com o qual a IASD procura justificar a sua forma de governo. Num segundo momento, focaliza a função administrativa a fim de descobrir as características que a identificam com a burocracia e, depois, focaliza o processo e o comportamento administrativos para encontrar a relação que existe entre burocracia e representação política.

Minha intenção é convidar o leitor a abandonar algumas “evidências”, a desfazer-se de deslocamentos conceituais que geram confusões e equívocos. Não tenho a preocupação de agradar ou desagradar a quem quer que seja. Em certos momentos, será preciso ferir, de passagem, alguma forma de pensar, ou tomar a liberdade de desmentir outra, porém sem intenção polêmica.

A organização da IASD é compreendida só quando é confrontada com seu modelo real, e quando é vista como uma questão política e social. Aqueles que a enfrentam como sendo apenas um fenômeno religioso e a confrontam unicamente com o modelo imaginário apresentado pelo *Manual da IASD*, jamais conseguirão entendê-la.

O título deste livro foi inspirado em *Leviatã*, obra clássica de Thomas Hobbes. Esse autor usa a imagem do Leviatã para apresentar, genialmente, a idéia do poder constitutivo da sociedade. As páginas que seguem partem dessa imagem para caracterizar a forma de governo da IASD.

Portanto, minha primeira tarefa tem que ser esta: explicar o que significa a imagem do Leviatã para Hobbes e justificar minha apropriação dessa imagem para caracterizar a organização da IASD.

Capítulo 1

APRESENTAÇÃO DO MONSTRO

Antes de apresentar o Leviatã, lembremos alguns dados biográficos do inventor dessa genial imagem do poder de Estado; poder capaz de coordenar e unir os homens em um corpo político, e que serviu de modelo para a IASD criar um poder eclesiástico a fim de coordenar e unir os membros em um corpo único.

Thomas Hobbes nasceu na cidade de Westport, Inglaterra, em 5 de abril de 1588. Aos quinze anos ingressou na Universidade de Oxford, onde se formou. Foi um dos mestres da filosofia política inglesa. Escreveu várias obras sobre questões políticas. *Leviatã* (1651) é a mais importante. Certamente sua obra-prima. Suas idéias políticas tornaram-se importantes para o pensamento ocidental. Sua filosofia, especialmente sua teoria a respeito da origem contratual do Estado, exerceu profunda influência no pensamento de Rousseau, Kant e dos enciclopedistas. Contribuiu para preparar, no plano ideológico, o advento da Revolução Francesa. Ao conceber a política como uma ciência que precisa ser fundamentada em noções exatas, preparou o caminho para o surgimento das Ciências Políticas modernas. A terceira e a quarta parte de *Leviatã*, nas quais Hobbes examina, respectivamente, o que é Estado Cristão e o que é Reino das Trevas, revelam que ele é um homem religioso, profundo conhecedor da doutrina cristã e com uma visão muito à frente de seu tempo sobre o papel da Igreja na organização da sociedade.

DEFINIÇÃO DO MONSTRO

O título da maior obra de Hobbes reporta-se a um monstro marinho citado na Bíblia. Mas, no frontispício da primeira edição do livro, o Leviatã é representado como um gigante coroadado. “O corpo da figura está formado por milhares de homenzinhos. Com a mão direita, o gigante segura uma espada (simbolizando o poder temporal) sobre um campo e uma cidade; na esquerda, ostenta uma cruz episcopal (símbolo do poder espiritual).” Note-se que o poder eclesiástico é uma das fontes da formidável força do gigante.

Na introdução da obra ele explicou que “...esse grande Leviatã, que se denomina coisa pública ou Estado não é mais do que um homem artificial, embora de estatura muito elevada e de força muito maior do que o homem natural, para cuja proteção e defesa foi imaginado”. Portanto, o monstro é a imagem do modelo político mecânico, da máquina estatal de governo.

No decorrer do livro, Hobbes constrói uma estrutura da origem e da manutenção do Leviatã. Segue um resumo do exposto por ele nesse sentido;

resumo enriquecido com contribuições de outros autores de renome e que já assinala a identidade da forma de governo da IASD com o monstro.

Segundo Hobbes, esse gigantesco autômato foi criado para unir a multidão de indivíduos isolados em um corpo político. No capítulo 17 de *Leviatã*, a criação do monstro coincide com a constituição da multidão em um corpo político. Hobbes explica como se constitui o corpo político: “É como se cada homem dissesse a cada homem: ‘Cedo e transfiro meu direito de governar-me a mim mesmo a este homem, ou a esta assembléia de homens, com a condição de transferires a ele teu direito, autorizando de maneira semelhante todas as ações’. Feito isto, à multidão assim unida numa só pessoa se chama República, em latim *civitas*. É esta a geração daquele grande Leviatã”.

Ou seja, o corpo político existe quando as vontades de todos são depositadas numa única vontade, e haja um depositário da personalidade comum. “O depositário desta personalidade —são palavras de Hobbes— é chamado *soberano*, e dele se diz que possui *poder soberano*. Todos os restantes são *súditos*.” E acrescenta: este soberano pode ser “um único homem ou uma assembléia cuja vontade é tida e considerada como vontade de cada homem em particular”. Portanto, a essência do Estado é ser ele soberano. E o Leviatã é a imagem do Estado que exerce o poder soberano.

Primeira identidade entre a forma de governo da IASD e o Leviatã – Segundo o *Manual da IASD*, os adventistas criaram sua gigantesca máquina administrativa com o mesmo propósito: coordenar e unificar os indivíduos que professam o adventismo mundo afora em um único corpo. O soberano dos adventistas, o depositário da vontade comum, é a Assembléia da Associação Geral ou a Comissão Executiva da Associação Geral entre as assembleias. É para esses grupos de homens que os adventistas transferiram seu direito de governar a si mesmos em assuntos religiosos. (Examinaremos e comprovaremos esta e as outras identidades aqui mencionadas nos capítulos seguintes).

CAUSAS E GERAÇÃO DO MONSTRO

O Leviatã é o resultado de uma longa evolução do poder político. (Para saber mais sobre o nascimento e a extensão do poder político, são preciosos os livros de Bertrand de Jouvenel: *Du pouvoir* e *Les débuts de l'État moderne*). O ponto de origem do monstro é o momento em que se tornou obvio que comunidade política é o mesmo que organização de dominação.

A mutação do poder se produz na Europa entre 1550 e 1650. Encontra-se acabada no século XVIII, quando a monarquia torna-se absoluta e legisladora. Esta se arroga o monopólio da determinação dos direitos e deveres de cada um. Mediante centralização, hierarquização e burocratização do poder, a máquina estatal de governo se expande em todas as partes colocando-se muito acima dos poderes locais. E a hierarquia dos

funcionários substituí o governo dos nobres. Em busca de bases ideológicas que conferissem legitimidade ao poder absoluto, os monarcas faziam derivar diretamente de Deus sua autoridade —a noção de “direito divino”— sobre os homens e as coisas incluídas nos limites de seus domínios.

Mas é o conceito de soberania que provoca uma profunda mutação no pensar o político e faz surgir o Leviatã; conceito que nada mais tem em comum com o da realeza. O poder soberano não caiu do céu. Surge como a nova instância artificial que coordena e unifica os indivíduos num corpo único. Com essa nova instância —segundo Alexis de Tocqueville em *O Antigo Regime e a Revolução*—, o Estado “assume outras prerrogativas, ocupa outro lugar, afeiçoa-se a outro espírito, inspira outros sentimentos”. O povo já não é mais uma mera congregação geograficamente determinada e organizada de acordo com a pluralidade dos poderes locais, como era no estágio anterior.

A forma de governo da IASD está dentro desse novo espírito do poder soberano. Nada tem a ver com as formas tradicionais de governo eclesiástico. Substituiu o governo dos clérigos pela hierarquia dos funcionários (os níveis de administração). A Associação Geral exerce um poder centralizado e burocratizado que está muito acima dos poderes das igrejas locais, das Associações e das Uniões. Através das Divisões, expande seu poder por todas as partes.

O conceito de soberania leva a um deslocamento do conceito de poder: “*poder*” é o cimento do corpo político. Tal conceito Hobbes o faz derivar do “estado de natureza”, situação hipotética em que os homens viveriam se não existisse a sociedade e o Estado. No estado de natureza, cada indivíduo procuraria satisfazer suas aspirações: os outros são concorrentes que precisam ser eliminados ou subjugados. Não existiria propriedade nem lei, mas a guerra constante que essa situação provoca não só impede qualquer desenvolvimento (agrícola, industrial e científico), como também provoca temor constante de morte. O que compele o homem a sair desse caos político. E a razão lhe sugere os meios de manter um entendimento recíproco, de conviver. Comandados pela razão, todos concordam em renunciar ao direito ilimitado (durante o estado de natureza) sobre todas as coisas. Contudo, o acordo não é suficiente para garantir a tranqüilidade: é preciso um poder irresistível, com força de repressão, capaz de atemorizar os homens e fazê-los seguir suas determinações. Esse poder, constituído graças a um pacto voluntário dos homens, é o Estado, que, por isso mesmo, segundo Hobbes, representa todos os homens.

Em *Paz Perpétua*, Kant também faz derivar o conceito de soberania da natureza humana. Coloca o problema da constituição de um Estado da maneira seguinte:

Ordenar de tal forma uma multidão de seres razoáveis, que desejam, todos, leis gerais para sua conservação, mas cada um dos quais está propenso a isentar-se delas em segredo, e dar-lhes uma constituição tal que, apesar do antagonismo erguido entre eles por suas inclinações

passionais, eles constituam obstáculo uns aos outros, de modo que, na vida pública, seu comportamento seja como se estas más disposições não existissem.

Politizar o homem consiste em introduzi-lo no maquinário do soberano, do Leviatã. Este se apresenta como o único poder comum capaz de criar e manter a ordem nesse caos de inclinações e disposições individuais. Sem ele, não existe povo propriamente dito, mas apenas uma multidão atomizada, na qual cada um se vê contra todos, e o medo do outro faz que ninguém se sinta seguro. Por piores que se suponha serem os homens, o soberano é único que tem um poder irresistível, capaz de coordenar e unificar os pensamentos e as atitudes dos indivíduos, e de mudar o antagonismo e a concorrência em solidariedade. Algo que, apenas por suas disposições naturais, o ser humano jamais poderia alcançar.

Hobbes foi muito criticado pela sua antropologia e pelo apoio que sua teoria dava ao absolutismo político. Em *Racines du Liberalisme*, P. F. Moreau diz:

Dois séculos imputaram a Hobbes todos os pecados; mas, se examinarmos mais de perto, veremos que só se discutem longamente os pormenores, enquanto se reproduz o rigor do argumento hobbesiano. (...) Todos admitem o princípio: o homem é tudo para o homem — é um lobo, e também uma defesa contra os lobos...

Para Gérard Lebrun, a coisa estranha que aconteceu depois é esta: “Apesar de todas as maldições que dois séculos fizeram chover sobre Hobbes, foi no caminho por ele aberto que enveredou o pensamento político”. E eu acrescento: inclusive o pensamento político dos adventistas.

Segunda identidade entre a forma de governo da IASD e o Leviatã – Constituído graças a um suposto pacto voluntário dos adventistas (foi um pacto da elites administrativas), a Associação Geral exerce um poder soberano capaz de coordenar e unificar os pensamentos e as atitudes dos membros da IASD, para que ela não se desintegre no caos das disposições individuais e prospere.

PODER E PODER SOBERANO

As idéias fundamentais do modelo político mecânico do Leviatã, que são as idéias fundamentais da organização adventista, podem ser apresentadas na seguinte seqüência: não há comunidade ou povo, rigorosamente falando, sem unificação; não há unificação sem soberania; não há soberania sem poder; e não há poder soberano sem uma elite que domine. Portanto, a compreensão do que é o Leviatã requer que se defina o que é poder e poder soberano, e se estabeleça a relação entre ambos.

Relações de poder já existiam muito antes do surgimento do Leviatã e continuarão existindo até o fim dos séculos. As melhores definições de poder são as de Max Weber. Para ele, poder é “a probabilidade de que uma ordem com um determinado conteúdo específico seja seguida por um dado grupo de pessoas”. E poder enquanto fator sócio-político “significa toda oportunidade de impor a sua própria vontade, no interior de uma relação social, até mesmo contra resistência, pouco importando em que repouse tal oportunidade”.

Segundo o conceito weberiano, o poder se explicita de uma maneira muito precisa: sob o modo da *ordem* dirigida a alguém ou a um grupo de pessoas que, presume-se, devem cumpri-la. É o que Max Weber chama de *Herrschaft*, termo que Raymond Aron traduziu como *dominação*, conservando a raiz alemã *Herr* (= *dominus* = senhor).

É importante que os seguintes aspectos fiquem claros: 1) Que poder é o mesmo que coerção, dominação, arbítrio, enfim, o uso da força, da violência. 2) Que no Estado moderno, o uso da força está fundado geralmente no direito, e serve —em tese— para garantir a segurança externa e a concórdia interna de unidades políticas particulares. 3) Que o poder possui um caráter dissimétrico, não igualitário, hierárquico. Para que uns tenham poder, os demais não podem tê-lo. Daí que o poder seja exercido sempre por uma elite que domine, enquanto os demais são excluídos do poder.

Ao que já foi dito sobre o poder soberano, acrescentamos o seguinte: é um poder comum capaz de agregar indivíduos *iguais*; iguais em sua submissão. É um poder que está muito acima de qualquer outro poder dentro de uma unidade política particular. Possui um caráter inelutável: é um poder assentado em si mesmo e independente das inclinações e das virtudes humanas. Trata-se de um poder perpétuo (sem solução de continuidade) e incontestável (não está submetido a nenhum outro poder).

Para constituir a sociedade como uma comunidade orgânica, o soberano precisa submeter todas as vontades à sua própria vontade. Para tal, ele se encarrega de estipular normas e valores que podem ser manipulados juridicamente, determinar os direitos e deveres de cada um, e usar a força repressiva para evitar qualquer deslize das engrenagens da máquina administrativa. E agrega os indivíduos mediante a matriz ordem/obediência. Daí que há muito tempo *ser cidadão é igual a ser obediente*.

Terceira identidade entre a forma de governo da IASD e o Leviatã
– *Ser membro da IASD é igual a ser obediente* ao poder soberano exercido pela Associação Geral. Este poder comum, onipresente —se expande em todas as partes através das Divisões—, controla, manipula e disciplina os indivíduos a fim de criar adeptos obedientes, o que faz atribuindo-se o monopólio de estabelecer normas, determinar os direitos e deveres de cada um e usar uma forma da força repressiva para evitar deslizes: a temível “disciplina eclesiástica”.

Convém notar que poder e poder soberano nada tem a ver com o “poder” concedido pelo Espírito Santo aos cristãos. Paulo o define como

“capacidade” e aparece nas comunidades cristãs como diversos “dons” que capacitam os receptores para contribuir com a edificação da Igreja. Em parte alguma do Novo Testamento se afirma que os dirigentes da Igreja receberiam poder do Céu para dominar seus irmãos na fé. O poder (a dominação) que as autoridades eclesiásticas exercem é o poder do leviatã adventista, e nada tem a ver com a *capacidade* que o Espírito Santo outorga para “edificar” a Igreja.

Há tanto tempo o poder é reconhecido (por muitos como uma fatalidade) que nos força a submeter-nos a ele. Na sociedade civil, os cidadãos aceitam ser confiados ao soberano em troca da sua segurança, e da certeza de que ele dará condições de todos portarem-se como sujeitos racionais. O preço a pagar pela utilidade do poder é a cumplicidade inevitável entre o cidadão e o soberano que existe na relação de poder estabelecida entre ambos: o cidadão como dominado/protegido e o soberano como dominador/protetor.

Na IASD, a cumplicidade dos membros com o poder eclesiástico tem outros motivos: os membros aceitam ser confiados ao poder eclesiástico em troca de sua salvação e da certeza de que ele dará condições para que todos vivam a vida cristã. Mas os detentores do poder eclesiástico pensam de outra maneira: a máquina administrativa é a condição para a conservação e o funcionamento da denominação. E concluem: se suprimimos a máquina administrativa, suprimiremos junto a denominação. Para evitar isto e outros problemas relacionados com o estabelecimento e a manutenção da ordem interna, os administradores da IASD tendem a tornarem-se dominadores, a cuidar mais da máquina administrativa que das pessoas.

Os efeitos da referida submissão podem ser desagradáveis, devido ao fato de que o poder, tanto no Estado quanto na Igreja, se tenha burocratizado, tecnicizado e sofisticado a ponto de tornar os indivíduos obedientes malgrado seu. Logo, os indivíduos podem sentir-se tentados a não consentir com o poder soberano. Mas todos sabemos que atentar contra esse poder significa colocar-se numa situação de perigo. Sua violência é tão monstruosa que poucos ousam revoltar-se.

O LEVIATÃ DOMESTICADOR

As análises, sob ângulos diversos, de Hegel, Durkheim, Michel Foucault, B. de Jouvenel e outros, mostram que no Estado moderno, “cidadão” significa cada vez menos indivíduo político enquanto participante do poder, e cada vez mais indivíduo político enquanto codificado, produzido e inteiramente determinado pelo poder. Nas democracias mais desenvolvidas dos tempos contemporâneos (principalmente as européias), o poder estatal preocupa-se mais em prevenir a desobediência do que em reprimi-la. Ou seja, é menos uma instância repressiva e mais uma instância de controle que, sorrateiramente, manipula o indivíduo no sentido de discipliná-lo, dando-lhe “bons hábitos”. Já nas democracias formais (por

exemplo as latino-americanas, com raras exceções), o Estado domina descaradamente os cidadãos, em alguns países de forma brutal.

Enquanto o Estado totalitário integra o indivíduo pela dominação aberta, esmigalhando-o com a máquina administrativa, o Estado democrático o integra fabricando-o pela domesticação, mediante suas pedagogias disciplinares (ensino, exército, polícia, justiça, igrejas, mídia...). As obras de Noam Chomsky mostram como o sistema de propaganda dos centros de poder usam a mídia para domesticar o pensamento, fabricar consensos e ilusões necessárias para a gestão social. Mas a domesticação não é um dado humano. Refere-se ao esforço em que o homem “civiliza” animais.

Quarta identidade entre a forma de governo da IASD e o Leviatã

– A IASD cria e domestica seus membros e obreiros mediante a socialização psicológica e por suas pedagogias disciplinares — propaganda denominacional, escola sabatina, instituições educacionais, processos de treinamento, entre outras.

O que é esse “indivíduo” criado pelo Leviatã, que o considera como um animal (ou fera) que deve ser domesticado? O indivíduo “melhorado” pela domesticação é uma caricatura de ser humano, uma criatura enfraquecida e menos danosa por estar aprisionada entre forças apavorantes. Sua vida está empobrecida e se vê impedido de seguir seu próprio caminho, de ser uma pessoa completa. E o indivíduo “melhorado” pela domesticação da IASD é uma caricatura do que deveria ser o cristão. A situação deste último é pior que a do cidadão, pois foi submetido a uma dupla domesticação — a do Estado e a da IASD.

Alexis de Tocqueville, na conclusão de sua obra *A democracia na América* (1835-1840) consegue antever como seria o poder e como seriam os “indivíduos” em nosso tempo:

Após ter assim tomado em suas mãos poderosas cada indivíduo e após ter-lhe dado a forma que bem quis, o soberano estende os braços sobre toda a sociedade; cobre-lhe a superfície com uma rede de pequenas regras complicadas, minuciosas, uniformes, através das quais os espíritos mais originais e as almas mais vigorosas não conseguiriam aparecer para sobressair na massa; não dobra as vontades, amolece-as, inclina-as e as dirige; raramente força a agir, mas opõe-se freqüentemente à ação; não destrói, impede o nascimento; não tiraniza, atrapalha, comprime, enerva, arrefece, embota, reduz, enfim, cada nação a nada mais ser que uma manada de animais tímidos e industriais, cujo pastor é o governo.

O que se percebe em nosso tempo é o seguinte: o poder estatal e o poder eclesiástico são menos absolutos, mas o aparelho regulador de que dispõem está se transformando e crescendo. Contam com recursos e estratégias mais sutis e requintados. Atrás de uma aparência de autoridade

cortês e benevolente, na surdina desenvolvem sua capacidade de violência, de coerção.

O Leviatã —o poder irresistível que cria e manipula o cidadão— é a condição *sine qua non* para haver sociedade, comunidade política. Ele é a vontade comum à qual devem submeter-se todas as vontades. Sem seu poder soberano ninguém teria a confiança necessária para sentir-se membro de uma sociedade.

CAUSAS E GERAÇÃO DO LEVIATÃ ADVENTISTA

Porque o poder soberano é a origem da sociedade moderna, ele é o elemento fora do qual não poderíamos viver. De certo modo, todos sentimos a necessidade desse poder tutelar que nos agrega e protege. Trata-se de um poder onipresente, cuja ação reguladora faz com que as relações de poder sejam a condição de funcionamento de qualquer sociedade, comunidade ou empresa moderna.

A essa forte ação reguladora do Leviatã se deve o fato de que a IASD seja cada vez menos uma sociedade autônoma no seio da grande sociedade. Ela é a razão da comunidade adventista ter-se organizado (com a ajuda de juristas) cada vez mais à imagem e semelhança do monstro do poder de Estado.

No começo, a IASD usou como modelo a versão norte-americana do Leviatã devido a impulsos do inconsciente. O inconsciente coletivo é o lugar dos grandes arquétipos, das grandes imagens que estruturam as sociedades, as civilizações. Os impulsos iniciais para organizar a IASD vieram dos grandes arquétipos, das grandes imagens que, a fins do século XIX, estruturavam a sociedade norte-americana e habitavam o inconsciente individual dos fundadores do adventismo. E não poderia ser de outro modo, pois vivendo na sociedade norte-americana, eles não poderiam evitar de serem moldados pela socialização psicológica e por diversas formas de treinamento utilizadas pelo Estado para introduzi-los em seu mecanicismo.

A IASD reconhece o fato de ter usado o modelo de organização que lhe oferecia a sociedade norte-americana e de ter criado seu próprio leviatã? Conforme veremos a seguir, não. Esse reconhecimento causaria repugnância em muitos adventistas sinceros, porém ingênuos. Por isso, ela afirma ter usado outro modelo — um modelo imaginário oferecido por um mundo do outro mundo. O capítulo seguinte examina esse modelo imaginário.

Capítulo 2

A ASTÚCIA DO LEVIATÃ

O Leviatã é astuto. Usa uma linguagem melíflua para disfarçar sua vontade de dominação. Por exemplo, em vez de se apresentar como “dominador”, se apresenta como “defensor da liberdade, da democracia ou do bem comum”. O leviatã adventista também se vale da astúcia para esconder sua monstruosidade. Em se tratando de relações de poder na Igreja, até os “servos de Deus” devem mentir.

Para ser verdadeiro, o discurso dos dirigentes da IASD deveria ser este: “Sim, nos criamos uma máquina de dominação, que copiamos da máquina de dominação dos Estados Unidos da América (de agora em diante designado EUA). Ela garante a unidade global da IASD”. Mas, o discurso deles é outro: apresentam uma versão teísta da organização, que afirma que o modelo da organização da IASD encontra-se no “mundo divino”, e os dirigentes são os defensores de “uma ordem e de leis mais elevadas que as terrestres”.

Se os dirigentes da IASD se apresentassem de peito aberto, talvez tornassem os adventistas espíritos livres. Para estes, o poder eclesiástico não seria mais um escândalo ideológico. Seria única e francamente uma questão de organização, e se preocupariam mais no sentido de que o poder eclesiástico fosse exercido com menos detrimento de todos aqueles que são, por princípio, excluídos dele.

Porém, o que interessa ao leviatã adventista é justamente o contrário disso. Sua enganosa versão teísta da organização serve não só para esconder a realidade — é seu principal instrumento para domesticar o pensamento, fabricar consensos e criar ilusões necessárias à gestão administrativa. Para tal, essa versão teísta se vale de deslocamentos conceituais por vezes surpreendentes. Minha tarefa aqui é assinalar tais deslocamentos.

ORIGENS DA IASD

A IASD é uma organização eclesiástica relativamente recente de origem norte-americana. É uma derivação de um dos tantos movimentos apocalípticos que surgiram nos EUA anunciando o fim do mundo — o chamado “movimento adventista”, liderado por Guilherme Miller, um fazendeiro batista de Low Hampton. Tal movimento começou na década de 1830 e atingiu seu apogeu na primeira metade da década de 1840.

A expectativa provocada pelo anúncio eminente do regresso de Jesus Cristo terminou em profundo desapontamento. A ansiada *parusia* não aconteceu em nenhuma das datas previstas. Mas um pequeno grupo de milleritas de Port Gibson, NY, resolveu o mistério do desapontamento e

continuou anunciando o regresso de Cristo sem marcar data. Desse grupo participavam Tiago White, que mais tarde se tornou o primeiro presidente da IASD, e sua esposa, Ellen G. White, que se tornaria a líder carismática da IASD, devido a que se lhe atribui possuir o “dom de profecia”.

Os primeiros passos na organização das congregações locais foi dado em 1861, em Michigan. A organização da administração geral aconteceu em 1863, e recebeu o nome de Associação Geral. Depois a máquina de governo da IASD se desenvolveu paulatinamente até atingir o ponto no qual se encontra na atualidade.

O fato da organização da IASD ter adotado o sistema representativo do tipo presidencialista (em vez de “bispos”, é dirigida por “presidentes”), escolher as autoridades eclesiásticas mediante eleições, ter um quadro de funcionários subalternos —os “departamentais”— que, à semelhança dos ministros de Estado, auxiliam o presidente executando deveres oficiais específicos, já indica que é uma cópia do modelo oferecido pela sociedade norte-americana. (Sobre as doutrinas políticas e sociais norte-americanas, com as quais a IASD está em sintonia, ver Wright Mills, *A Elite do Poder*; Talcott Parsons, *The Social System* e o artigo “On de Concept of Political Power” in *Politics and Social Structure*).

Mas, o *Manual da IASD* ignora o modelo real oferecido pela sociedade norte-americana e, em sua versão teísta da organização, apresenta um modelo ideal, com o qual pretende passar a idéia de que a forma de governo da IASD caiu do céu.

Isso fica claro examinando as bases religiosas e metafísicas dessa versão teísta da organização, aparentada com a versão teísta de Rousseau.

OS FUNDAMENTOS

As considerações feitas a seguir são sobre os capítulos 1, “A Igreja do Deus Vivo”, e 3, “Organização Fundada em Princípios Divinos”, do *Manual da IASD*. Estes dois capítulos fornecem os fundamentos bíblicos e extra-bíblicos da versão teísta da organização adventista.

Um exame desses fundamentos revela o seguinte: no máximo duas páginas tem como fonte a Bíblia, contra aproximadamente sete páginas constituídas por citações de Ellen G. White.

Para muitos adventistas, citar a Bíblia ou Ellen G. White é quase a mesma coisa. E aqui encontra-se o ponto em que o proclamado biblicismo adventista se transforma em “whiteismo”. Disso, o *Manual da IASD* é um bom exemplo, pois a maioria de seus capítulos foram elaborados de acordo com os pontos de vista dessa autora.

Nestas páginas, que abordam o assunto de forma mais científica, não é condizente colocar Ellen G. White em pé de igualdade com a Bíblia. O correto é classificá-la como fonte extra-bíblica.

Como os capítulos citados do *Manual da IASD* justificam a constituição do corpo social adventista e sua estrutura de administração?

OS FUNDAMENTOS BÍBLICOS

O *Manual da IASD* não apresenta uma exegese séria dos textos bíblicos que menciona. Sua intenção é outra: amontoa textos bíblicos para formular um esquema racional teórico, que justifique e garanta o estabelecimento e a manutenção do poder eclesiástico. Esse esquema é o seguinte:

1. A Igreja é uma realidade inegável, pois a ela se refere explicitamente o Novo Testamento, mediante diferentes expressões (Atos 20:28; Efés. 4:12), dentre as quais a preferida é “a igreja do Deus vivo” (1 Tim. 3:15).

2. A palavra “igreja” é usada no Novo Testamento pelo menos em dois sentidos: em sentido universal (Mat. 16:18; 1 Cor. 12:28), e em sentido local (a igreja de uma cidade ou província — 1 Cor. 1:2; 16:1 e 19; 1 Tess. 1:1; At 15:41).

3. Cristo é a Cabeça da Igreja e seu Senhor vivente, e a Igreja é o corpo vivo e ativo de Cristo que ele organizou como quis (1 Cor. 12:18), concedendo, pelo Espírito, a seus membros individuais, diversidade de dons adequados às diferentes funções eclesiásticas (1 Cor. 12:4, 5, 12, 27 e 28). Os membros individuais, com seus diferentes dons e funções, são reunidos num só corpo tornando-se uns membros dos outros (Rom. 12:4 e 5). Aqueles que estão incumbidos de cargos de liderança devem ter pela Igreja o mesmo amor e dedicação que Cristo manifesta por ela.

Desses fundamentos bíblicos, o *Manual da IASD* (págs. 41 e 42) infere o seguinte:

Assim como não pode haver um corpo humano vivo e ativo sem que seus membros estejam organicamente unidos e funcionem juntos sob um controle central, não pode haver uma Igreja viva que cresça e prospere sem que seus membros estejam organizados num corpo unido, e todos eles desempenhem os deveres e as funções confiadas por Deus, sob a direção de uma autoridade divinamente constituída.

Sem organização nenhuma instituição ou movimento pode prosperar. Uma nação sem governo organizado logo se transformaria em caos. Uma empresa comercial sem organização fracassaria. Assim ocorreria com a Igreja. Sem organização, desintegrar-se-ia e pereceria.

Para que se desenvolva saudavelmente e cumpra sua gloriosa missão, que consiste em proclamar o Evangelho de salvação a todo o mundo, Cristo deu à sua igreja um sistema simples mas eficaz de organização. O êxito de seus esforços para realizar essa missão depende de seu leal cumprimento desse plano divino.

Note-se a semelhança destas inferências com as expressões usadas por Hobbes para apresentar o Leviatã. Pelo que já foi visto no capítulo anterior, fica claro que o *Manual da IASD* segue pelo caminho aberto por Hobbes, trilhado por Kant e os teóricos do Iluminismo.

Porém, sua intenção parece não ser outra senão defender a organização num sentido genérico. Não tem nenhuma preocupação em justificar o que é de fato a forma de governo da IASD. E não poderia ser de outra maneira, pois burocracia e representação política são métodos administrativos impossíveis de se justificar pela Bíblia. O que o *Manual da IASD* faz é substituir a justificação da forma de governo eclesiástico pela racionalização teórica.

O método que usa é bem conhecido nos centros do poder, e que Jean-François Revel lembra em seu livro *O Conhecimento Inútil* nos seguintes termos: “os dirigentes e a imprensa do Estado enganam a sociedade; mas os governos não conduzem sua política segundo suas próprias mentiras. Eles estão diante de outros documentos”. É isso mesmo o que vemos nos dois capítulos mencionados do *Manual da IASD*. Os argumentos parecem estar calçados na Bíblia, mas os deslocamentos conceituais em relação a essa fonte indicam que os dirigentes seguem outros documentos.

ANÁLISE DOS FUNDAMENTOS BÍBLICOS

No trecho anteriormente citado do *Manual da IASD* aparecem duas características fundamentais do Leviatã: a unificação da multidão num corpo único e a centralização do poder. É claro, elas estão adaptadas à natureza religiosa da organização adventista. Vejamos os deslocamentos conceituais encontrados nos fundamentos bíblicos.

O mais surpreendente encontra-se na afirmação de que a expressão paulina “corpo de Cristo” conota uma organização centralizada. Nesse sentido, “corpo” não representa uma relação espiritual entre Cristo e os membros da Igreja em atividade, mas uma relação organizacional! E isto é inadmissível na teologia bíblica. Leonhard Goppelt (*Teologia do Novo Testamento*, vol. 2, pág. 412), mostra o sentido teológico dessa expressão paulina:

Sob ‘corpo’, o homem grego compreende a matéria formada. Paulo usa a expressão no sentido de *organismo de membros em atividade*. Em Rm 6.13 o vocábulo ‘membros’ aparece como sinônimo de ‘corpo’ (Rm 6.12). Baseado nesse conceito, Paulo não compara a Igreja simplesmente com um corpo no sentido corrente da época (1 Co 12.12-26), mas declara: ‘Vós sois corpo de Cristo: e individualmente, membros desse corpo’ (1 Co 12.27). Os discípulos são membros de Cristo (1 Co 12.4-6), sua boca e mãos auxiliadoras, e dessa forma, em conjunto, seu corpo. Pois através deles Cristo atua na História (1 Co 12.4-6). Os discípulos estão unidos entre si porque ELE é o único que

atua através deles, e não através de uma associação de serviço que organizam. [Atenção para esta última frase]. Na pesquisa afirmou-se seguidas vezes que Paulo estivesse partindo do mito gnóstico sobre o homem primitivo. O pensamento de Paulo, porém, tem sua origem em sua compreensão da Ceia do Senhor, como mostra 1 Co 10.17 (cf § 40, II). Na Ceia, Cristo oferece seu próprio corpo, sua pessoa, tornando-se assim ativo no presente nos membros da Igreja. Dessa forma ele os transforma em seu *soma* [‘corpo’ em grego], ou seja, numa ‘pessoa global’, no organismo de membros atuantes, na Igreja como seu corpo.

A seguintes palavras de Karl Ludwig Schmidt reforçam as de Goppelt:

Mas, seja como for, uma coisa é clara: a Igreja como corpo de Cristo não é mera sociedade de homens. Partindo de pressupostos sociológicos não é possível compreender o que significa e quer significar a ‘assembléia de Deus em Cristo’. O ponto decisivo é a comunhão com Cristo. (“Igreja”, in Gerhard Kittel, editor, *A Igreja no Novo Testamento*, São Paulo, ASTE, 1965, pág. 29).

Enquanto Paulo pensa em “corpo” no sentido de “atividade” de Cristo através dos membros da Igreja no presente, *O Manual da IASD* pensa em “corpo” no sentido de “organização centralizada” — o corpo deve ter uma “cabeça” que centralize o comando dos “membros”.

Se é correto que Paulo entende “corpo” a partir da Ceia, então, segundo *Manual da IASD*, esse rito teria um significado que expressa uma organização centralizada. Do ponto de vista da teologia bíblica, isso é impossível de se admitir.

Desde esse mesmo ponto de vista não é possível que “cabeça” — referindo-se a Cristo — signifique organização centralizada. O sentido é outro completamente diferente: Cristo é o único que governa a Igreja. Karl Barth o expressa assim: a Igreja é “uma comunhão de pessoas e obras santas porque, fundada em Jesus Cristo, se deixa governar unicamente por Ele e quer viver unicamente cumprindo seu serviço de arauto...” Afirma que a Igreja tem como objeto e fim o Reino de Deus. Por isso, diz o seguinte:

La Iglesia apostólica, o sea, la que oye y transmite el testimonio de los Apóstoles siempre tendrá un distintivo determinado, una *nota ecclesiae*, que es esta: Jesucristo no es sólo Aquel del cual procede la Iglesia sino que él es el que la gobierna. ¡El y únicamente él! En ninguna época y en ningún lugar es la Iglesia una instancia que se mantiene por si misma, sino que (y aquí sigue un principio importante com relación al gobierno de las iglesias) no puede ser regida fundamentalmente ni monárquica ni democráticamente. El único que rige es Jesucristo, y cualquier outro gobierno humano será siempre un mero exponente del gobierno propio de Cristo. Mas Jesucristo

governa em sua palavra mediante o Espírito Santo, de maneira que o governo eclesial é idêntico às Sagradas Escrituras, pois estas dão testemunho de Cristo. Por conseguinte, a Igreja se encontrará de contínuo ocupada com a exégesis e aplicação das Escrituras. Se a Bíblia se converte em um livro morto, com sua cruz sobre a capa, e cantos dourados, é que está dormitando o governo eclesial de Jesus Cristo; e a Igreja deixando de ser, entónce, uma, santa e universal, para dar lugar à ameaça de que irrompa em ela lo profano e disgregante. (*Bosquejo de Dogmática*, Buenos Aires, La Aurora & México, Casa Unida de Publicaciones, 1954, págs. 231 e 232).

Se os fundamentos bíblicos do *Manual da IASD* não são o resultado de exegese, o que são? Tudo indica tratar-se de uma formulação religiosa do tipo funcionalista. A análise funcionalista costuma determinar as funções dos diferentes organismos sociais a partir de uma comparação com as funções dos organismos vivos. Mediante esta comparação, a análise funcionalista pretende obter dados empíricos que lhe permita explicar conceitos sociológicos tais como função, estrutura, integração, equilíbrio e valores. (A teoria funcionalista é explicada por William Skidmore, *Pensamento Teórico em Sociologia*, Rio de Janeiro, Zahar, 1976, págs. 105-117).

Os críticos do método funcionalista costumam argumentar que uma sociedade não é exatamente igual a um organismo vivo. Essa mesma objeção pode ser apresentada ao *Manual da IASD*: Igreja não é exatamente igual a um corpo humano. E podem ser acrescentadas outras objeções. A expressão “corpo de Cristo” nos escritos paulinos não é sinônimo de “corpo humano”. E também que essa expressão tem um significado teológico, o que é muito diferente de uma explicação funcionalista.

Mas não é apenas nisso que o *Manual da IASD* confunde a natureza das coisas. As confunde também quando compara Igreja com nação e empresa mercantilista. Existe uma enorme diferença entre a natureza da atividade da Igreja e a natureza da atividade de uma nação ou de uma empresa mercantilista. Essa comparação parece mais um reconhecimento velado da semelhança das estruturas da IASD com as estruturas hierárquicas e burocráticas do Estado e das grandes corporações mercantilistas. (Sobre a natureza da Igreja, ver Johannes Blauw, *A Natureza Missionária da Igreja*, São Paulo, ASTE, 1966).

Ao estabelecer as equações *Igreja = corpo de Cristo* e *corpo de Cristo = organização centralizada*, o *Manual da IASD* torna explícito que a unidade, a vida, o crescimento, a prosperidade e o êxito da Igreja dependem da organização centralizada. Ou seja, dá a entender que organização centralizada faz as vezes de Jesus Cristo!

Com a simples menção de textos bíblicos de cunho eclesiológico, o raciocínio do *Manual da IASD* passa por cima de questões decisivas, e suscita mais dificuldades do que resolve. Por exemplo, qual era realmente a forma de governo —se é que o tinha— da igreja apostólica? Qual é o

sentido e a função dos ministérios carismáticos? Qual é a relação entre esses ministérios e a organização centralizada? Qual é a relação entre unificação em Cristo e unificação mediante uma máquina administrativa? Quais são os princípios divinos que fundamentam a organização eclesiástica centralizada, o sistema representativo? Questões de peso como essas precisam ser explicadas.

OS FUNDAMENTOS EXTRA-BÍBLICOS

Passamos ao exame dos fundamentos extra-bíblicos —as citações de Ellen G. White— contidos nos capítulos 1 e 3 do *Manual da IASD*, a fim de justificar a organização adventista.

Essas transcrições são mais numerosas e têm mais peso que os textos bíblicos. O motivo disto é que o princípio *sola Bíblia* significa para os adventistas a Bíblia só como a entende e explica Ellen G. White. E também porque a identidade denominacional dos adventistas foi criada e é mantida tomando como base as idéias dessa autora. Ela representa para os adventistas o mesmo que Martinho Lutero para os luteranos, João Calvino para os reformados e João Wesley para os metodistas.

Os adventistas acreditam que os escritos de Ellen G. White contém a “luz especial” que Deus deu aos pioneiros sobre a organização da IASD. No livro *Vida e Ensinos* (1979, pág. 191) essa autora diz que a estrutura da IASD foi erigida por ordem de Deus e mediante “revelação especial”; tal estrutura se destina a corrigir males e propiciar o crescimento da causa adventista; não pode ser contestada, pelo contrário, deve ser firmemente estabelecida, robustecida e consolidada. Fora a inspiração transcendente, ela determina para a organização adventista a mesma função que o Leviatã tem na sociedade.

Uma rápida olhada nas páginas do *Manual da IASD* é suficiente para perceber que estão repletas de citações dessa autora, e que o pensamento dela fundamenta cada uma das normas prescritas nesse manual.

A primeira frase do capítulo 3 do *Manual da IASD* orienta as formulações que seguem: “A organização provém de Deus; tem base em princípios divinos”. Em outras palavras, trata-se de uma versão teísta da organização em sentido genérico.

O raciocínio é o seguinte: “Em todas as obras de Deus através do Universo se manifestam sistema e ordem”. Dá os seguintes exemplos:

- Os anjos, cujos movimentos se caracterizam pela ordem perfeita.
- O sistema estelar, que se movimenta em ordem perfeita.
- As plantas e animais demonstram ordem e sistema.
- Israel, ao qual Deus concedeu “um impressionante sistema de organização para governar-lhe o procedimento em assuntos civis como nos religiosos”.
- A Igreja do Novo Testamento demonstra perfeição em sua organização.

A conclusão do raciocínio é esta: “A ordem é a lei do Céu, e deve ser a lei do povo de Deus na Terra”. Portanto, a Igreja deve ser “uma contínua representação de outra [realidade], mesmo do mundo eterno, de leis que são mais elevadas que as terrestres”. Ou seja, a Igreja deve refletir a ordem e o sistema divinos. Essa versão teísta aponta para o seguinte: a essência da ordem é divina. Em certo sentido, adota o conceito de poder transcendental da monarquias dos séculos XVII e XVIII.

O escopo desse raciocínio formulado com conceitos religiosos e metafísicos é sacralizar a organização em sentido genérico, e não justificar o que realmente é a organização adventista. Limita-se a declarar tais conceitos sem demonstrá-los. Aborda a questão de maneira ingênua, isenta de senso crítico. Não diz como é o sistema de ordem do Céu, nem quem foi lá para saber como é esse sistema. Não especifica como era a forma de governo do antigo Israel nem o da Igreja do Novo Testamento. E não mostra a relação que tudo isso tem com centralização, burocracia, hierarquia e representação política.

Sobre a organização de Israel, o *Manual da IASD* limita-se a transcrever um trecho de Ellen G. White, no qual esta autora menciona a distribuição da chefia feita por Moisés. Não explica como uma organização tribal e a distribuição da chefia no âmbito militar podem servir de exemplo para uma organização eclesiástica moderna. Sabemos que o antigo Israel mudou várias vezes de forma de governo. No período pré-monárquico era uma confederação igualitária de tribos. (Amplamente estudada por Norman K. Gottwald em *The Tribes of Yahweh. A sociology of the religion of liberated Israel, 1250-1050*. B. C. E. Orbis Books, Maryknol, Nova York, 1979). Depois adotou o regime monárquico. E, no período pós-exílico, criou o sistema baseado no Sinédrio. Qual desses sistemas de ordem adotados por Israel está de acordo com o suposto modelo divino? Por quê?

Sabemos também que a Igreja apostólica, à qual se refere o Novo Testamento, tinha uma forma dualista: a judaico-cristã de Jerusalém e a gentílico-cristã das comunidades fundadas por Paulo; que estas duas formas tinham relação com o sistema da Sinagoga; e que, após a destruição de Jerusalém pelo romanos, sobreviveu apenas a forma gentílico-cristã. Ao fundarem a Igreja, os apóstolos a organizaram usando como modelo a Sinagoga, dirigida por um conselho de “anciãos”. E a Sinagoga, pelo menos a daquele tempo, não tem nada a ver com centralização, burocracia, hierarquia e representação política. Qual dessas versões serve como modelo, a judaico-cristã ou a gentílico-cristã? (Ver Jean-Louis Leuba, *Institución y Acontecimiento*, Salamanca, Sígueme, 1969, o capítulo V, “El dualismo eclesiástico”. Também Karl Barth, “La Iglesia, Congregación Viviente de Jesucristo, el Señor Viviente”, in ISEDET, *Cuadernos Teológicos*, Tomo XII, número 3, Julio/Septiembre de 1963, Buenos Aires, La Aurora, págs. 153 a 161. E Norberto Bertón, “La Estructura de la Congregación en el Nuevo Testamento”, in ISEDET, *Idem*, págs. 162 a 190).

Deslocamentos conceituais e omissões como os mencionados até aqui, não são exclusividade dos adventistas. São usados por outras igrejas para

justificar suas respectivas organizações de dominação. A Igreja Católica, por exemplo, inventou o primado de Pedro e a sucessão apostólica para justificar sua organização, que é uma cópia da estrutura de dominação do Império Romano. Segundo 1 Cor. 3:11, a Igreja foi edificada sobre Jesus. Os apóstolos são o fundamento porque transmitem o testemunho primitivo a respeito de Jesus. Eles são o fundamento da Igreja e não base de uma seqüência de dignatários eclesiásticos. Compreendido dessa maneira correta, o dito de Mat. 16:18 que se acha inscrito na parte interna da cúpula da catedral de São Pedro em Roma, refuta a pretensão do papado, pois ele designa a Pedro da rocha sobre a qual está fundada a Igreja, e não a sucessão episcopal romana. O dito afirma de Pedro o que foi atribuído a todos os apóstolos, conforme Efe. 2:20 e Apoc. 21:14. O *Manual da IASD* não age diferente da Igreja Católica. Comete um grave deslocamento conceitual quando deduz uma organização de dominação de textos bíblicos.

Parece estar claro que o escopo da versão teísta da organização adventista é ocultar o fato de que a estrutura da IASD tem relação com a estrutura da sociedade norte-americana, apresentando-a como tendo relação com a “ordem divina” encontrada na organização de Israel, da Igreja primitiva e no Universo.

De onde vem esses conceitos religiosos e metafísicos da versão teísta da organização apresentada pelo *Manual da IASD*? A resposta a esta questão é dada no capítulo seguinte.

Capítulo 3

O MITO DO MODELO DIVINO

No capítulo anterior, vimos que o *Manual da IASD*, em sua versão teísta da organização, apresenta a forma de governo da IASD como uma imitação da ordem divina. De onde vem essa idéia de um modelo divino que a organização da sociedade deve imitar? Esse modelo divino é mito ou realidade?

Neste capítulo pretendo responder a essas perguntas mediante a apresentação de uma síntese histórica sobre a relação que se estabelece entre o mundo “divino” e o mundo “real”, para se obter fundamentos religiosos e metafísicos que orientem a organização da sociedade.

O leitor encontrará um histórico amplo, de considerável erudição, no livro *O Mito do Estado* (Rio de Janeiro, Zahar, 1976) do Prof. Ernst Cassirer. Essa obra aborda a sacralização das estruturas de poder encontradas nas principais formas simbólicas criadas pelo homem — Linguagem, Mito, História, Religião e Ciência—, e suas implicações na vida social, na teoria do Estado, no culto do Herói e da Raça.

A DOUTRINA DOS DOIS MUNDOS

Nosso ponto de partida é o que em antropologia se chama “a doutrina de dois mundos”, originada nas culturas arcaicas. Esta doutrina distingue dois mundos e os hierarquiza: há o mundo superior —o divino—, mais forte, contraposto ao mundo inferior —o humano—, mais fraco. A partir de seu surgimento, toda a cultura humana é um caminhar dentro dessa dicotomia. Ela comparece na base da história do ser humano.

Para que o homem antigo pudesse contar com os favores dos deuses e atingir o nível superior da existência, a dicotomia lhe impunha como condição ter o mundo divino como modelo. Daí, a imitação da divindade ter-se tornado uma preocupação dominante. E é isso o que mais dificulta esse homem de existir como ser humano e integrar-se ao mundo, porque o leva a criar formas de vida e estruturas de poder baseadas em dados que não são humanos.

Na doutrina dos dois mundos se fundamentam os mitos que orientam a organização da sociedade e estabelecem as relações de poder. E é nos mitos onde se encontra a origem do conceito de poder que, depois de sofrer mutações, se transforma no poder soberano do Leviatã.

A FUNÇÃO DO MITO

Segundo François Houtart (*Religião e Modos de Produção Pré-capitalistas*. São Paulo, Paulinas, 1982), toda sociedade "é fruto de relações que se estabelecem entre grupos humanos a fim de assegurar sua subsistência imediata e histórica. Simultaneamente, tais grupos constroem um universo de representações —uma espécie de realidade em um segundo nível— que interpreta a realidade material, a relação do homem com a Natureza e as relações sociais, dando-lhes assim um sentido. E é esse sentido que fornece a base para os sistemas de práticas sociais que possibilitam a reprodução das relações, oferecendo assim um modelo ou quadro de comportamento para os indivíduos ou grupos".

A esse universo de representações simbólicas pertencem os mitos sociais e os mitos cosmogônicos do mundo antigo, manejados pela religião e pela política, a fim de reproduzir as relações sociais estabelecidas. O Prof. Ernst Cassirer diz que o simbolismo mítico surge da busca do significado do ser, sob a pressão de profundos desejos individuais e violentos impulsos sociais. Em sua forma final, o mito é uma objetivação da experiência do homem, não de sua experiência individual, mas coletiva. Em *O Mito do Estado*, mostra como o pensamento mítico dominava a vida prática e social do homem antigo, e como domina ainda a vida política do homem moderno.

Mito e poder

O simbolismo mítico conduz também a uma objetivação de sentimentos sobre as relações de poder. Os deuses dos povos antigos eram personificações das forças da natureza e das forças humanas, sobretudo da força da coesão social. Os panteões politeístas da religião cananéia, egípcia, mesopotâmica, grega e romana (parte importante do mundo em que foi escrita a Bíblia), eram representações simbólicas das relações de poder estabelecidas pela simbiose entre religião e política.

Nas sociedades antigas, cada uma de acordo com seus mitos, o rei tinha uma relação íntima com a divindade, como seu lugar-tenente. Os deuses são os "proprietários" do mundo e do cosmo, e o rei os representa. Conseqüentemente, o rei é o senhor absoluto de sua terra e sua palavra é definitiva. Os mitos sociais faziam cada povo ver em seus deuses nacionais a deificação de si mesmo em sua unidade como corpo social.

Está claro que esse outro mundo que serve como modelo não existe de fato. Ele é uma representação simbólica da forma de vida social e política dos seres humanos. Não é o mundo divino, e sim a divinização da representação simbólica das relações de poder estabelecidas na sociedade humana.

A necessidade do mito é também explicada pelo desejo de dominar que faz parte do homem. Porém, este desejo encontra um obstáculo: a lei de natureza que leva a todo ser humano a reconhecer os outros como seus

iguais. Então, o homem dominador recorre ao mito a fim de criar, artificialmente, sua superioridade com relação aos outros, fazendo seu poder derivar de um suposto mundo divino.

No passado, as elites religiosas e as elites governamentais falavam ao povo através dos mitos. Diziam: “Nosso poder vem dos deuses. A organização de nossa sociedade segue o modelo divino. Os deuses querem que assim seja”. O mesmo acontece com a versão teísta da organização apresentada pelo *Manual da IASD*. O modelo divino que usa como referência é uma representação simbólica da máquina administrativa da IASD. Uma maneira da elite dominante adventista dizer: “Nossa forma de governo está de acordo com o modelo divino. Deus quer que ela seja assim”.

Mas tal versão teísta não está calçada diretamente nos mitos antigos, e sim na forma que lhes foi dada pelo racionalismo cristão medieval.

A DICOTOMIA NOS PENSADORES MEDIEVAIS

Os pensadores cristãos medievais têm considerável importância, porque procuraram estabelecer as bases religiosas e metafísicas para a ordem na sociedade, mantendo-se, a seu modo, dentro da linha da doutrina dos dois mundos. Partem do racionalismo grego clássico. Porém, acreditam que apenas a razão não é suficiente, ela precisa ser guiada por uma fonte de iluminação mais alta — a fé cristã.

Em *A República*, Platão afirma que “Existe um modelo nos céus para aquele que deseja vê-lo, e vendo-o, encontrar um em si próprio”. Sete séculos depois, Agostinho retoma à questão. Em *a Cidade de Deus*, ele procura outro mundo para ter como referência para o mundo real. Devido à mediação da fé, a relação entre o mundo “real” e o mundo “ideal” no pensamento cristão medieval é diferente da que se encontra na especulação grega. Pensadores escolásticos como Anselmo de Cantuária (*Cur Deus homo*) e Abelardo (*Epistolae*) afirmam que a razão não pode ser sua própria luz; para realizar sua obra ela necessita de uma fonte de iluminação mais alta — a fé. (Para saber mais veja F. W. Maitland, *Political Theories of the Middle Age*, Cambridge, 1900).

É por esse caminho que a doutrina dos dois mundos contamina o cristianismo e chega à IASD. Mesmo que se introduza a fé cristã para estabelecer a relação entre os dois mundos, o pensamento sobre o mundo “ideal” ou “divino” sempre será mítico. Qualquer homem ou grupo de homens que afirme conhecer o verdadeiro mundo divino é um charlatão.

A QUESTÃO NOS TEMPOS MODERNOS

Nos tempos modernos toda essa problemática da dicotomia retorna. Depois da Renascença, com as viagens, os descobrimentos e tudo o mais, o

mundo passou a ser visto como um conjunto, uma unidade, um objeto imenso à disposição do homem. O que transforma o desejo de dominar num desejo cosmicamente ampliado. No século XVII começa a se armar a investida decisiva contra a dicotomia do mundo com os primeiros surtos da filosofia e da ciência modernas.

Mas é a revolução burguesa que cria condições para que a dicotomia entre numa crise radical e muito violenta. O projeto burguês quer abolir os dois mundos a fim de que comece a humanidade do homem. Um exemplo dessa crise é “a morte de Deus”, isto é, a idéia de que não existe mais um Deus a quem devemos imitar. Esta crise, paradoxalmente, é positiva, pois mostra que o homem está em processo de transformação.

A necessidade de fazer Deus desaparecer resulta de sua identificação com o modo de agir das divindades da dicotomia, com a ambigüidade do passado. O mito de Prometeu nos leva ao cerne do problema gerado pela interferência dos deuses. Ele é punido porque aprendeu a lidar com o fogo. Isto significa que os deuses agem como se tivessem ciúmes do ser humano. Sempre que este consegue dominar algum elemento da natureza, sofre a vingança divina para impedi-lo de tomar conta deste mundo. Essa ingerência seria como se o problema continuasse indefinidamente, como se a solução fosse o desaparecimento dos deuses. Esta solução era apresentada pelo teatro da Grécia antiga, um verdadeiro culto religioso. A função da máquina teatral grega era fazer aparecer e desaparecer os deuses. Na época da ascensão da burguesia, o Vaticano era —e ainda é— uma réplica cristã do mundo divino da dicotomia, e o alto clero havia assumido um comportamento nos moldes dos deuses mitológicos: em nome de Deus, só aceitava a organização da sociedade no sentido transcendental, teológico da doutrina dos dois mundos. A “morte de Deus” e a “descristianização” da Europa resultam do esforço do homem para livrar-se da ingerência “divina”, que o impede de realizar o velho desejo de dominar.

Removida a ambigüidade, há uma transformação não só da técnica, da filosofia, da ciência, mas também do poder. O desejo de dominar, de ser senhor continua nesse processo de derrocada da dicotomia. Porém, já não se pensa o poder como sendo algo transcendente, uma dádiva divina. Agora é o que é: coisa dos homens. (As relações e rupturas entre os pensamentos políticos antigo e moderno estão no livro de Hannah Arendt, *Entre o Passado e o Futuro*, Editora Perspectiva.)

O mito havia sustentado o poder transcendente da realeza durante milênios. Chegou à Europa dos tempos modernos com algumas mutações provocadas pela influência do cristianismo. A mais importante é esta: o poder do Príncipe não deriva mais dos deuses pagãos, mas de Deus. A monarquia absoluta governa com base no “direito divino dos reis”. Dentro dessa linha de pensamento, surge o Leviatã —o Estado monstruoso, artificial e mecânico—, cujo poder soberano imita a Deus: é um poder único, absoluto, perpétuo, irresistível e onipresente que agrega as pessoas; é o criador do súdito obediente; arroga-se o monopólio de atribuir, cancelar, instituir e redistribuir os direitos e os deveres de cada um, dando normas e

leis. As teorias racionalistas do Estado o apresentam como o reino da verdade sobre a terra, a encarnação da justiça, o instrumento da verdadeira liberdade e outros epítetos desse tipo.

A Revolução Americana (1776) e a Revolução Francesa (1789) — ambas inspiradas nos ideais democráticos do Iluminismo— contribuem decisivamente para uma mudança radical na forma de pensar o político, de organizar a sociedade no Ocidente e geram as condições para a ascensão da burguesia. O Estado burguês derrota o regime absolutista e o mito do poder transcendente. Não diviniza o poder — no Estado democrático, o poder de Estado é concebido apenas como o poder de Estado. Não usa um modelo divino — as estruturas da sociedade são uma criação humana, pertencem a este mundo. Por isso, não existe a simbiose entre religião e política, da qual depende a sobrevivência do poder transcendente. Há separação entre Igreja e Estado. E valores judaico-cristãos —como liberdade, igualdade e fraternidade— foram secularizados e são manipulados juridicamente.

Numa época na qual não se admite a trapaça de se exercer o poder em nome de Deus e constituir a sociedade de acordo com um modelo divino, o *Manual da IASD* insiste em apresentar sua versão teísta da organização, que confunde poder eclesiástico com poder de Deus, e organização eclesiástica com ordem divina. Não percebe que os tempos mudaram, que as pessoas já não são tão ingênuas. As mais lúcidas não aceitam que o leviatã adventista —a estrutura monstruosa, artificial e mecânica da IASD— seja uma cópia da ordem do mundo divino.

Por tudo o que foi visto até aqui, concluímos que a versão teísta da organização adventista está dentro da linha de pensamento mítico que começa na doutrina dos dois mundos, avança nos mitos sociais, adquire traços racionais no racionalismo grego clássico e é introduzida no cristianismo pelos pensadores medievais.

Os ideólogos adventistas enveredaram pelo caminho do mito depois de descobrirem que era impossível justificar a monstruosa máquina administrativa com princípios bíblicos.

A QUESTÃO NA BÍBLIA

Essa problemática da dicotomia do mundo, que induz à imitação de Deus, comparece na Bíblia a partir dos capítulos iniciais do Gênesis. Esses capítulos enfrentam os mitos sociais antigos que divinizam abertamente o poder e colocam um suposto mundo divino como referência para organizar a vida social. Foram as civilizações mesopotâmicas paralelas de Suméria e Acade as que forneceram a todos os povos circunvizinhos de Israel os modelos de mitos sociais. Os mais difundidos e influentes foram o *Enuma elish*, um poema sobre a criação do mundo, que afirmava que os babilônios eram descendentes diretos da divindade, a fim de justificar o domínio deles sobre outros povos; e a *Lenda de Gilgamés*, uma epopéia sobre a busca frustrada da imortalidade, mediante o comer a fruta que faz o homem como

um deus, por um herói. (Para saber mais sobre esses mitos veja Juan Errandonea Alzuguren, *Edén y Paraíso. Fondo Cultural Mesopotámico en el Relato Bíblico de la Creación*, Madrid, Marova, 1966; e Oswald Loretz, *Criação e Mito: Homem e Mundo Segundo os Capítulos Iniciais do Gênesis*, São Paulo, Paulinas, 1979.)

O uso de expressões e elementos imaginativos tomados desses mitos pelas narrativas do Gênesis serve para formular idéias radicalmente diferentes do que essas mesmas imagens significavam nos mitos; ou, dito de outro modo, serve para tornar evidente que esse livro está em conflito com as idéias contidas nos mitos. Sua intenção, segundo Gerhard von Rad (*Teologia do Antigo Testamento*), é realizar uma enérgica purificação do pensamento mítico e obter um grau máximo de concentração no puramente teológico. Logo, se queremos entender o Gênesis, é preciso projetar seu conteúdo sobre o fundo cultural do Antigo Oriente Médio.

O ponto de partida da investida da Bíblia contra o poder transcendente e as formas de vida baseadas na doutrina dos dois mundos é a teologia da criação do Gênesis. Nesta teologia tem início uma linha de severa crítica ao poder, que termina o Apocalipse. Por razões óbvias, esta linha de pensamento jamais é estudada e comentada, em seu verdadeiro sentido, na IASD. A teologia da criação é ignorada pelos adventistas porque se dedicam a defender o criacionismo, uma corrente filosófica que passa por alto as verdadeiras intenções das narrativas sobre as primeiras origens. Até o Comentário Bíblico oficial da IASD faz isso. Portanto, convém darmos uma olhadela, a grandes passos, nos conceitos mais relevantes apresentados nessa linha de severa crítica ao poder.

Nos relatos da criação, Deus é apresentado como *Aquele que nos faz ser* e, por isso mesmo, Ele constitui o centro de nossas vidas. Dependemos dEle por completo porque aquilo que sustenta nosso ser não vem de nós mesmos. Portanto, o Criador de todos os seres e coisas deste mundo é o *único soberano do homem*. Sua soberania é soberania de amor. Ele usa seu poder criador cósmico por puro amor a Suas criaturas.

Ao contrário dos mitos da criação dos povos vizinhos de Israel, nas narrativas do Gênesis Deus não usa nenhuma substância divina para criar o homem. (Não usa, por exemplo, lágrimas do deus sol, como se dizia no Egito, nem sangue de um deus abatido, como no mito babilônico.) Usou unicamente elementos tirados da terra. O homem é um ser terreno (ou “terroso”). Foi criado para ser um ser humano (humano vem de *humus* = terra). Tanto o mundo quanto o homem não tem e não podem ter nada da natureza divina, pois foram criados fora de Deus e distintos de Deus; e assim devem continuar existindo. Disso, as narrativas concluem: o misterioso desejo de “ser como Deus” (Gên. 3:5), inspirado pela dicotomia, é ilegítimo; e transformar este planeta num mundo cheio de deuses pela divinização das forças da Natureza ou da coesão social, como faziam os povos antigos, fogem à realidade, ao desígnio original de Deus.

Segundo Gên. 3, o mal surgiu no mundo no momento em que o homem decidiu imitar a Deus. Na narrativa, comer da fruta proibida e querer

ser como Deus é a mesma coisa. Refere-se ao poderoso e ilegítimo impulso, suscitado misteriosamente pela serpente, de auto-elevação da esfera do humano para a esfera do divino. A imitação de Deus é a causa de todos os males porque provoca a ruptura do homem com sua natureza humana e com aquilo ao qual ele pertence e o define. Nas Escrituras, a vida boa é o resultado da obediência ao desígnio original de Deus. Jamais é vista como nas formas de vida fundadas na dicotomia — o resultado da imitação de Deus ou de se ter o mundo divino como modelo.

Quanto ao governo do mundo, o desígnio de Deus é este: Deus tem domínio sobre o homem e este tem domínio sobre os animais (Gên. 1:26). E o governo do mundo não é dado a grandes indivíduos ou a um grupo de indivíduos, mas à comunidade humana na multiplicidade de seus membros (Gên. 1:28). Porque todos tem a mesma condição humana, esta igualdade de estado não admite que alguém se sinta superior ao ponto de querer dominar seus semelhantes. O homem é “imagem” e “semelhança” de Deus (não igual a Deus) quando representa o Criador, exercendo o domínio na Natureza com amor, fazendo que a vida, no sentido de Deus, seja possível.

As narrativas mostram que o homem sempre é cerceado nessa sua vontade de domínio, pois descobre que no mundo residem forças que ele não pode dominar e que sua dominação é destruidora. São exemplos disto a expulsão do paraíso, o assassinato de Abel por Caim, a corrompida geração pré-diluviana, o mundo das nações em eterno conflito, entre outros.

A narrativa de Gên. 11:1-9 investe contra o poder derivado da divindade usando um exemplo histórico, concreto: o reino de Babilônia, caracterizado pela utilização conjunta da religião e da política como pilares sustentadores de uma estrutura que oficializa a auto-elevação, isto é, a pretensão dos potentados de terem um poder derivado de Deus.

É o que a narrativa denota com a menção conjunta da torre e da cidade. Com certeza a torre é um zigurate, uma torre-templo de patamares, o lugar sagrado da religião dos semitas habitantes da Baixa Mesopotâmia. Os babilônios chamavam-na de Etemenanki (Casa do fundamento do céu e da terra). Tinha sete patamares; o mais alto era o santuário de Marduke (o Bel ou Merodaque da Bíblia), o deus estatal de Babilônia. Periodicamente, durante as grandes festas religiosas do Ano Novo, os potentados com seus pomposos séquitos, provenientes de todos os reinos, compareciam para escalar a grande torre-templo, a fim de tocar as mãos de Marduke e assim receber poder para governar por muitos anos. Marduke era o deus do poder e a torre-templo era a fortaleza e o santuário do poder.

O Etemenanki constitui um dos mais notáveis símbolos da auto-elevação do homem do plano humano para o plano divino no exercício do poder político. Expressava a primazia do rei e do reino de Babilônia no mundo. Segundo Apocalipse 18, o espírito de Babilônia vai estar presente no mundo das nações até o fim dos tempos, inspirando um poder transcendente que rivaliza com a soberania de Deus.

A investida atinge seu ponto alto no Gênesis quando as narrativas falam das origens de Israel: um povo criado pelo mesmo Criador do mundo

para servir aos demais povos (a eleição da descendência de Abraão é para o serviço). Israel deveria ser uma bênção para as nações. “Servir” e “ser bênção” são novidades no mundo das nações, no qual a autopreservação induz cada povo a impor-se sobre os demais numa guerra contínua de todos contra todos, e as nações poderosas subjugam, dominam e até destoem as mais fracas.

Agora damos um salto até o Novo Testamento, para ver os momentos em que testemunha o rompimento de Jesus com a doutrina dos dois mundos. Inspirado por esta tradição, o homem antigo distingue entre o mundo divino e o mundo humano, o que o faz dividir os seres e coisas em categorias superior e inferior, sagrada e profana, pura e impura. Para Jesus, todos os seres e coisas naturais deste mundo são criação de Deus. Portanto, não há de se distinguir entre pessoas, animais ou coisas superiores e inferiores, sagradas e profanas, puras e impuras. Por esse motivo, Ele e Seus discípulos não praticavam os ritos judaicos de purificação (Marc. 7:1-23; Mat. 15:1-20). Em uma visão, o apóstolo Pedro é ensinado a não usar os padrões da dicotomia, adotados pelos judeus, para fazer distinções desse tipo entre pessoas (Atos 11:1-17).

Quanto à questão do poder, Jesus a levou às últimas conseqüências: renunciou ao poder, ensinou e viveu o amor como sendo a antítese do poder. O hino atribuído à igreja primitiva, transcrito pelo apóstolo Paulo em Fil. 2:6-11, fala assim da posição de Jesus frente à questão: Jesus Cristo renunciou ao poder que lhe era próprio da natureza divina para tornar-se ser humano; tornou-se ser humano no sentido de Deus ao não insistir em ser igual a Deus; adotou a natureza de um servo humilde e foi obediente a Deus até a morte; por isso, Jesus Cristo é reconhecido como o Senhor (ou seja, tornou-se Senhor pelo caminho oposto ao traçado pela dicotomia). E o apóstolo Paulo mostra —verso 5— no que consiste ser cristão: "Tenham entre vocês o mesmo modo de agir que Cristo Jesus tinha".

As mil formas de relações de poder que formigam na IASD —a maioria das quais não temos consciência— são uma expressão do modo de agir de Jesus? Esta é uma questão que merece ser pensada e discutida.

A renúncia do poder não era só para Jesus. No dito de Mat. 20:25-28, Ele exige que seus seguidores não se dediquem a dominar uns aos outros como acontece entre os pagãos. Em vez disso, dá o seguinte mandamento: "Amem uns aos outros assim como eu os amei." E acrescenta: "Se tiverem amor uns pelos outros, todos saberão que vocês são meus seguidores" (João 13:34 e 35, compare com o verso 1, última parte). No Novo Testamento, não é o poder que conta e sim o amor. Por exemplo, o verdadeiro conhecimento de Deus consiste em amar, porque Deus é amor (1 João 4:8); o amor é o dom supremo, só tem valor diante de Deus aquilo que é feito por amor (1 Cor. 13).

Com a renúncia ao poder, Jesus abre o caminho para uma relação sã com Deus que, por sua vez, abre o caminho para uma nova relação com o próximo e para uma nova relação social de seus seguidores entre si. Para construir uma relação sã com Deus, Jesus usa sua imagem exclusiva de

Deus como Pai, e que suplanta a imagem judaica e pagã de Deus como um imperador sentado em seu trono, impondo sua vontade a todos, determinando tudo mediante leis imutáveis. A imagem de Deus como Pai (Jesus chama carinhosamente a Deus de “Paizinho”) sugere uma relação de amor com Deus em vez de uma relação de poder. Jesus quer que as pessoas confiem em Deus como uma criança confia em seu amoroso pai. Na nova relação com Deus, não tem valor o que é feito por obrigação, porque é norma ou está prescrito na lei. Só tem valor o que é feito por amor a Deus e ao próximo.

Na relação com o próximo, Jesus exige de seus seguidores a demonstração de amor. E, para Jesus, “amar” não significa simpatizar com alguém. Significa demonstrar amor por aqueles que se tornaram próximos através de uma situação histórica específica, como na parábola do bom samaritano (Luc. 10:30-37) — quando Deus põe no caminho alguém que necessita de auxílio abnegado. Ou como no dito sobre o grande julgamento final (S. Mateus 25:34-40): “Porque tive fome e me destes de comer; tive sede e me destes de beber; era forasteiro e me hospedastes; estava nu e me vestistes; enfermo e me visitastes; preso e fostes ver-me.” O amor ao próximo que Jesus exige é o amor ilimitado, que aparece no amor ao inimigo (Mat. 5:44) e no perdão total (Mat. 6:12; Luc. 17:4).

A nova relação social entre os seguidores de Jesus está baseada no conceito “servir” (Mat. 20:25-28). *Entre os discípulos valem outras regras do que no campo do político.* Para os poderosos o amor é uma fraqueza, e o poder é uma virtude dos que são superiores. Mas, para Jesus, quem renuncia ao poder e enfrenta o mal demonstrando amor, abre-se ao reino de Deus.

O golpe mortal contra a dicotomia, conseqüentemente contra o desejo inspirado por ela de imitar o mundo divino, aconteceu quando Deus inverteu o sentido desse desejo ilegítimo e se fez ser humano em Jesus Cristo. Através da pessoa e da atividade de Jesus, que renuncia ao poder em favor do amor, Deus resgata e estabelece para sempre o valor e o significado da humanidade. Jesus Cristo é a única pessoa que define para sempre, nele mesmo e em sua atividade, o que significa ser um ser humano no sentido de Deus.

É muito significativo que essa linha de severa crítica ao poder termine no Apocalipse com a destruição do monstro do poder, que se opõe a Cristo, e o estabelecimento definitivo do reino escatológico de Deus, mediante a destruição dos reinos deste mundo, que seguem o monstro e disputam a soberania com Deus.

O mundo divino da dicotomia, que a versão teísta dos adventistas tem como modelo de organização da sociedade, é uma mera auto-representação coletiva. Esse mundo não existe na realidade. Existe apenas na forma de grandes arquétipos, grandes imagens, que habitam o inconsciente coletivo e o inconsciente individual de grupos e de pessoas que ainda não se libertaram da arcaica doutrina dos dois mundos, amplamente combatida na Bíblia.

Como os adventistas deslizaram para todos esses deslocamentos conceituais que geram confusões e equívocos?

A resposta mais plausível é esta: quando a Igreja prioriza seu sistema de ordem, os princípios bíblicos, principalmente as exigências de Jesus, são deturpados ou deixam de ser fundamentais. E isto tem suas conseqüências. A organização torna-se um fim em si. A pregação do evangelho é substituída, em parte, pela propaganda denominacional e pela promoção de atividades institucionalizadas. Doutrinas particulares são elaboradas, mediante uma cuidadosa seleção de temas e de textos bíblicos, para estabelecer e manter a identidade da organização. E o pior de tudo: “ser”, no sentido de Deus, exigido por Jesus, deixa de ser o mais importante. Cede lugar para “fazer”, no sentido das atividades institucionalizadas, que pode levar os funcionários ao farisaísmo, a viver de aparências.

Por isso tudo, fica claro que o leviatã adventista usa como disfarce conceitos de um mundo imaginário — o mundo divino da dicotomia. Como o monstro realmente é? Enfrentamos esta questão nos próximos capítulos, os quais fazem aparecer a verdadeira face do monstro examinando primeiro a função administrativa e, depois, o processo e o comportamento administrativos.

Capítulo 4

EXAME DA FUNÇÃO ADMINISTRATIVA

Aqui começa a tarefa de demonstrar que a forma de governo da IASD é um tipo original de burocracia representativa. A análise começa pela burocracia porque é a face oculta do leviatã adventista, e se concentra na função administrativa porque é o aspecto no qual a estrutura burocrática se torna evidente. Em primeiro lugar e como preparação para a análise, convém explicar o procedimento agora adotado e definir os principais termos usados.

PROCEDIMENTO E DEFINIÇÕES

A análise da burocracia segue os postulados de Max Weber tal como são apresentados no livro *Ensaio de Sociologia* (Rio de Janeiro, Zahar, 1979 — os números das páginas que aparecem, daqui em diante, depois do nome Max Weber e entre parêntese, referem-se a essa edição). A definição weberiana de burocracia ainda não foi superada. Definições posteriores apenas a complementam, acrescentando tendências atuais. Analistas de nosso tempo têm usado essa definição como base para estudos de estruturas burocráticas.

O termo “burocracia” é de origem recente. A palavra “bureau” foi usada inicialmente para designar o pano que cobria as mesas de trabalho dos funcionários franceses durante o século XVIII. Depois foi-lhe acrescentado um sufixo que significa “norma de governo” (como nos casos de “aristocracia” e “democracia”), provavelmente durante as lutas contra o absolutismo que precederam à Revolução Francesa. Durante o século XIX, foi usada em sentido pejorativo em diversos países europeus pelos críticos liberais com a finalidade de desacreditar os procedimentos dos funcionários dos governos autocráticos.

Burocracia tem hoje dois sentidos: o pejorativo e o técnico. O uso pejorativo é popular e expressa críticas contra as organizações complexas, os procedimentos de rotina nos quais estão implicados formulários e outros papéis, as normas rígidas, a lentidão e incompetência dos funcionários, a duplicação do esforço, a acumulação de cargos, a concentração do controle nas mãos de uns poucos, a dissipação de recursos e outros mais.

Mas esse uso pejorativo popular não deve ser confundido com “burocracia” tal como é usada pelos sociólogos em um sentido técnico para expressar aspectos modernos específicos da administração. Aqui empregamos esse termo exclusivamente no sentido técnico e conforme foi definido por Max Weber.

A definição de burocracia de Max Weber é o resultado de uma análise histórica comparativa. Ele percebeu a tendência geral das grandes organizações modernas —no Estado, nas empresas privadas, nas organizações eclesiais e partidárias— para a burocratização. Mesmo odiando a burocracia, porque a considerava um estorvo para o liberal, ele não pode deixar de reconhecer a inevitabilidade do controle burocrático nas grandes organizações modernas.

É importante perceber que essa definição refere-se a um tipo ideal de burocracia. Para chegar a esse tipo ideal, Max Weber simplificou e exagerou a realidade empírica a fim de constituir um modelo e favorecer a clareza dos conceitos. Portanto, nenhuma administração moderna é burocrática no sentido estrito e completo da definição. Cada caso concreto pode carecer de um ou vários dos elementos característicos, ou pode possuí-los em grau diferente. Não é raro encontrar casos mistos, nos quais a burocracia está associada a outras formas de administração. Este é o caso da forma de governo da IASD: a burocracia está associada à representação política.

Nossa análise é orientada não só no sentido de encontrar coincidências da burocracia da IASD com o tipo ideal de burocracia apresentado por Max Weber, mas também no sentido de estabelecer a originalidade da burocracia adventista. É preciso ter presente que a natureza da IASD impõe certos limites a sua aproximação com os modelos burocráticos dominantes na sociedade, devido ao fato de que uma certa distância separa a sociedade civil da religiosa.

Como indica o título deste capítulo, a análise foi limitada à função administrativa. Esta refere-se ao processo decisório e à influência exercida pelas autoridades eclesiais sobre os demais participantes desse processo. O procedimento consiste em mencionar os principais postulados de Max Weber, e apresentar exemplos concretos que comprovam que tais postulados foram adotados na forma de governo da IASD.

ÁREAS DE JURISDIÇÃO

A primeira característica da burocracia no modelo weberiano institui uma relação entre autoridades legalmente estabelecidas e seus funcionários subalternos, de acordo com certos direitos e deveres regulamentados de forma escrita. Tal relação tem como base o estabelecimento de áreas de jurisdição para as autoridades e seus funcionários subalternos. Passemos a palavra a Max Weber:

Rege o princípio de áreas de jurisdição fixas e oficiais, ordenadas de acordo com regulamentos, ou seja, por leis ou normas administrativas.

1. As atividades regulares necessárias aos objetivos da estrutura governada burocraticamente são distribuídas de forma fixa como deveres oficiais.

2. A autoridade de dar ordens necessárias à execução desses deveres oficiais se distribui de forma estável, sendo rigorosamente delimitada pelas normas relacionadas com os meios de coerção, físicos, sacerdotais ou outros, que possam ser colocados à disposição dos funcionários ou autoridades.

3. Tomam-se medidas metódicas para a realização regular e contínua desses deveres e para a execução dos direitos correspondentes; somente as pessoas que têm qualificações previstas por um regulamento geral são empregadas.

Qualquer pessoas que conheça a estrutura da IASD percebe logo que ela está plenamente de acordo com esta característica.

A estrutura de administração da IASD tem cinco áreas de jurisdição ordenadas de acordo com regulamentos:

1) A igreja local, com jurisdição sobre uma comunidade específica.

2) A Associação, com jurisdição sobre igrejas locais de um território específico.

3) A União, com jurisdição sobre um grupo de Associações de um território específico.

4) A Divisão, com jurisdição sobre um grupo de Uniões de um território específico.

5) A Associação Geral, com jurisdição mundial.

Cada área de jurisdição é também um nível hierárquico. Sendo a Associação geral o nível superior. Sem essa estrutura o leviatã adventista não conseguiria estar presente em todas as partes para exercer seu poder soberano.

A IASD tem manuais, estatutos e livros de praxes que regulamentam de forma fixa e estável as qualificações, os meios de coerção, os direitos e deveres das autoridades eclesiásticas e de seus funcionários subalternos em cada jurisdição.

Uma característica original da burocracia adventista é que os mesmos objetivos, deveres, procedimentos e quadros de autoridades e funcionários se repetem nesses cinco níveis de jurisdição. Em cada um desses níveis a função administrativa se realiza mediante três grupos: 1) os funcionários — inclusive as autoridades eclesiásticas; 2) a comissão executiva; e 3) a assembléia — grupo de votantes.

Isso significa quintuplicar o esforço, o que torna onerosa, pesada e lenta a máquina administrativa. Porque acreditam que essa gigantesca relojoaria é resultado de “luz especial” concedida por Deus aos pioneiros, a elite dominante adventista insiste em mantê-la. Na verdade, ela agrada a muitos pelo fato de tornar possível a distribuição de uma quantidade exagerada de cargos.

Para Max Weber, os itens 1 a 3, transcritos anteriormente, constituem a “autoridade burocrática”, que define —como geralmente o fazem os sociólogos— como “poder legitimado” (págs. 229 e 230). Ele afirma que é característica das burocracias procurar exercer o poder de forma legitimada.

Para entender o conceito de poder legitimado, é preciso começar pelo que Max Weber entende por *poder*: “a possibilidade de que um homem, ou um grupo de homens, realize sua vontade própria numa ação comunitária até mesmo contra a resistência de outros que participam da ação” (pág. 211).

Segundo David Berry, nessa definição “a posse do poder implica não apenas a capacidade do indivíduo de controlar suas próprias atividades, mas também de controlar as atividades de outros. Poder nesse sentido é poder de algumas pessoas sobre outras.” E mais adiante ele esclarece: “o poder torna-se autoridade quando o seu exercício é considerado legítimo, certo e apropriado pelos que são submetidos a ele” (*Idéias Centrais em Sociologia*, Rio de Janeiro, Zahar, 1976, pág. 137 e 143).

É importante ter em conta que o conceito weberiano de autoridade burocrática inclui a apropriação centralizada de todos os instrumentos de administração, especialmente dos recursos financeiros e dos meios de coerção. É exatamente isso o que acontece na administração centralizada da IASD.

Max Weber não vê o poder burocrático como uma espécie de fator externo, físico ou material que determina as relações sociais. Não é entendido como força física, e sim como relação social. O tipo de autoridade característica da burocracia é o de autoridade legal-racional, no qual o poder é considerado legítimo porque está de acordo com regras ou normas escritas. Ou seja, o poder burocrático das autoridades da IASD não é uma espécie de fator externo, como o poder dado por Deus ou por Jesus Cristo para a salvação, mas o poder que elas se arrogam nas regras ou normas que elas mesmas elaboram. Esta é sua verdadeira base de legitimidade. Tampouco é uma autoridade voltada para a salvação do ser humano. É, por princípio, uma autoridade voltada para a dominação. Segundo Max Weber, a burocracia é a “dominação do funcionário” (nos regimes autoritários é a “ditadura do funcionário”).

Max Weber (*The Theory of Social and Economic Organization*, Nova York, Free Press, 1947, pág. 328) distingue três tipos de autoridade de acordo com sua base de legitimidade. Trata-se de uma tipologia para fins de classificação. Ou seja, são “tipos ideais”, que na prática não aparecem como tipos puros, e sim combinados.

1. *Autoridade tradicional*. É característica das estruturas centralizadas despóticas. O poder se torna legítimo porque está de acordo com as tradições. A primeira edição do *Manual da IASD* (1932) era uma compilação das normas e práticas tradicionais das igrejas adventistas dos EUA, e que haviam sido levadas a outras partes do mundo pelos missionários adventistas. Tais normas e práticas seguem o sistema presidencialista e parlamentar dos EUA.

2. *Autoridade legal-racional*. Característica da burocracia moderna. O poder é considerado legítimo porque está de acordo com regras ou normas escritas. Este é o tipo de autoridade mais usado atualmente na função administrativa da IASD.

3. *Autoridade carismática*. Constitui a antítese das anteriores porque se baseia apenas no carisma pessoal. Conforme já vimos, Ellen G. White é a líder carismática da IASD, e o *Manual da IASD* está fundamentado nas idéias e orientações dadas por ela em seus escritos.

O seguinte parece claro: a autoridade legal-racional é exercida atualmente de acordo com normas e práticas estabelecidas inicialmente pela autoridade tradicional dos pioneiros e pela autoridade carismática de Ellen G. White, no começo da organização da IASD.

A função administrativa burocrática da IASD pode resumir-se assim de acordo com as normas administrativas: de modo geral, regula as relações do homem com o sobrenatural. De maneira mais específica, regula a prática da religião de acordo com seu ponto de vista; promulga a doutrina que defende; seleciona, forma e socializa especialistas religiosos e administradores; determina a ordem hierárquica entre eles; estabelece a base, a extensão e a natureza da autoridade religiosa sobre os membros e de seu poder territorial; controla os períodos administrativos, instituições, prédios, objetos religiosos e todos os bens adquiridos pela comunidade adventista.

Os estatutos, as praxes e normas denominacionais determinam que a função administrativa se realize principalmente mediante três funções, que são de competência dos funcionários (inclui as autoridades religiosas, consideradas na burocracia como “altos funcionários”) em qualquer sistema burocrático moderno. São as seguintes:

1. *Função regulamentária*. Determina os objetivos, as atividades regulares para alcançá-los, as áreas de jurisdição, os procedimentos institucionais, cria normas que estabelecem deveres e direitos.

2. *Função executiva*. Consiste em nomear, supervisionar, sancionar, dirigir e transferir subordinados. Elaborar e justificar orçamentos. Realizar ou autorizar despesas. Celebrar contratos. Efetuar compras. Representar a área de jurisdição perante terceiros. Procurar cercar-se de “servidores” que lhes garantam lealdade.

3. *Função jurisdicional*. É a intervenção, de maneira semelhante à judicial e dentro das respectivas áreas de jurisdição, em assuntos de natureza pendenciosa, tais como insubordinação, desonestidade, heresia, quebra de princípios éticos e de regulamentos, conflitos entre funcionários. Para resolver tais assuntos, os funcionários têm à disposição meios de coerção.

O processo decisório embutido na função administrativa também é completamente controlado pelas autoridades eclesiásticas e seus funcionários subalternos. As autoridades eclesiásticas dirigem a assembleia e a comissão executiva, formadas em sua maioria por funcionários subalternos, principalmente nos níveis superiores de administração.

Isso tudo mostra a extensão do poder que o leviatã adventista exerce através dos funcionários da IASD.

ATIVIDADES REGULARES E CONTÍNUAS		
Distribuídas de forma fixa como deveres oficiais, em todas as áreas de jurisdição		
Hierarquia	Cargo	Deveres oficiais
Autoridades ou altos funcionários (administradores)	Secretário	Preparação e arquivamento de documentos administrativos
	Ecônomo	Controle financeiro
	Presidente	Exerce a autoridade máxima na área
Funcionários subordinados (secretários departamentais)	Ação missionária	Coordena a ação proselitista
	Assistência social	Coordena o serviço de assistência aos necessitados
	Assuntos cívico-religiosos	Promove a liberdade religiosa e as relações entre autoridades civis e religiosas
	Comunicação	Coordena a comunicação interna e externa
	Educação	Coordena e orienta o sistema educacional
	Escola sabatina	Coordena o estudo regular da Bíblia
	Jovens	Coordena a atividade dos jovens
	Ministerial	Coordena e orienta a atividade pastoral
	Mordomia	Promove a arrecadação de dízimos, ofertas e donativos
	Publicações	Coordena o sistema de vendas e distribuição de publicações
	Saúde	Coordena a difusão de princípios de saúde e assistência aos doentes
	Temperança	Coordena a atividade de combate ao fumo, alcoolismo, drogas e outros vícios
Auxiliares	Diversos: secretárias, contabilistas, etc.	Auxiliam as autoridades eclesiásticas e seus subordinados em seus respectivos deveres oficiais

Estas nomenclaturas eram as usuais quando este trabalho foi escrito.

SISTEMA DE MANDO E SUBORDINAÇÃO

A segunda característica da burocracia dada por Max Weber (pág. 230) refere-se às relações de autoridade entre categorias ordenadas sistematicamente.

Os princípios de hierarquia dos postos e dos níveis de autoridade significam um sistema firmemente ordenado de mando e subordinação, no qual há uma supervisão dos postos inferiores pelos superiores.

Na burocracia adventista, a hierarquia dos postos (ver o quadro na página anterior), isto é, o sistema de mando e subordinação, acontece dentro de cada nível e entre os níveis de administração. Neste último caso, cada nível está subordinado ao imediatamente superior.

Max Weber (pág. 230) assinala que esse sistema oferece aos governados a possibilidade “de recorrer de uma decisão de uma autoridade inferior para a sua autoridade superior, de forma regulada com precisão”. É isso o que o *Manual da IASD* (pág. 46) faz:

Quando surgem diferenças nas organizações e instituições, ou entre as mesmas, é apropriado apelar para a organização que se lhe segue em superioridade, até alcançar a Associação Geral em assembléia ou concílio anual da Comissão Executiva. No íterim entre essas assembléias, a Comissão Executiva constituirá o corpo de autoridade final em todas as questões em que se possa desenvolver uma divergência de ponto de vista, e a decisão dessa Comissão controlará esses pontos controvertidos; essa decisão, porém, poderá ser revista numa assembléia da Associação Geral ou num concílio anual da Comissão Executiva.

Max Weber afirma: “Com o pleno desenvolvimento do tipo burocrático, a hierarquia dos cargos é organizada monocraticamente”. É exatamente o que acontece nos postos de cada nível de administração da IASD: para cada posto é designado apenas um indivíduo.

Continua dizendo Max Weber: “Uma vez criado e tendo realizado sua tarefa, o cargo tende a continuar existindo e a ser ocupado por outra pessoa”. Este detalhe é fácil de se comprovar comparando as várias edições do *Manual da IASD*. Geralmente, cada nova edição acrescenta cargos novos criados pela máquina burocrática e que tendem a se perpetuar no sistema.

DOCUMENTOS ESCRITOS E ESCRITÓRIOS

Max Weber (pág. 230) apresenta assim a terceira característica da burocracia:

A administração de um cargo moderno se baseia em documentos escritos (‘os arquivos’), preservados em sua forma original ou em esboço. Há, porém, um quadro de funcionários e escreventes subalternos de todos os tipos. O quadro de funcionários que ocupe ativamente um cargo ‘público’, juntamente com seus arquivos de documentos e expedientes, constitui uma ‘repartição’. Na empresa privada, a ‘repartição’ é freqüentemente chamada de ‘escritório’.

A essa característica, ele acrescenta o seguinte comentário:

Em princípio, a organização moderna do serviço público separa a repartição do domicílio do funcionário e, em geral, a burocracia segrega a atividade oficial como algo distinto da esfera da vida privada.

Em todas as áreas de jurisdição da administração da IASD há escritórios, os quais são o centro da função administrativa. Sob o comando do Secretário, há funcionários e auxiliares cuidando dos arquivos de documentos e expedientes. Há também uma separação estrita entre o cargo do funcionário e sua residência no sentido expressado por Max Weber: o funcionário não possui os mecanismos da administração; não pode apropriar-se do cargo; o cargo é uma função exclusiva; há uma separação estrita entre a propriedade privada do funcionário e a propriedade da IASD.

Durante longos e diversos processos, a burocracia superou a interrelação do cargo público com o serviço pessoal, as relações de parentesco e os interesses patrimoniais que existia em sistemas anteriores. O surgimento do Estado nacional foi decisivo nesse processo. A separação entre cargo e funcionário significa que os deveres são prerrogativa da IASD, e não de indivíduos ou grupo de indivíduos dedicados à defesa de seus próprios interesses.

PREPARO TÉCNICO E EXPERIÊNCIA

As restantes características da definição de burocracia de Max Weber (págs. 231 e 232) são consideradas juntas agora, porque são mais evidentes. Elas se referem aos requisitos formais para que uma pessoa possa ser empregada na organização burocrática.

Vejam a quarta característica:

A administração burocrática, pelo menos toda a administração especializada —que é caracteristicamente moderna— pressupõe habitualmente um treinamento especializado e completo.

Os cursos superiores das instituições educacionais adventistas dão prioridade à formação de funcionários. Além destes, são empregados outros preparados fora dessas instituições. Atividades de treinamento são constantes na IASD.

Segue a quinta característica:

Quando o cargo está plenamente desenvolvido, a atividade oficial exige a plena capacidade de trabalho do funcionário, a despeito do fato de ter rigorosamente delimitado o tempo de permanência na repartição ou escritório, que lhe é exigido.

Uma organização como a IASD não poderia deixar de exigir “plena capacidade de trabalho” de seus funcionários. Ela exige não só dedicação exclusiva como também não permite outra ocupação fora do horário de trabalho regular.

Por fim, a sexta característica:

O desempenho do cargo segue regras gerais, mais ou menos estáveis, mais ou menos exaustivas, e que podem ser aprendidas.

Além das regras contidas nos manuais, livros de praxes e estatutos, há outras preparadas pelos diversos “departamentos”. Reuniões regulares são realizadas, nas quais os funcionários mais experientes, tornam conhecidas essas normas.

A conclusão não pode ser outra senão esta: a função administrativa na organização adventista se encaixa em todas as características da burocracia apresentadas por Max Weber, com algumas particularidades.

CENTRALIZAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO

Diz Max Weber (pág. 257): “A estrutura burocrática vai de mãos dadas com a concentração dos meios materiais nas mãos do senhor”. Esta concentração é o controle centralizado da administração mediante a apropriação de recursos financeiros exclusivos, do controle da máquina administrativa e da jurisdição territorial (ver págs. 238 e seguintes).

Em seu estudo da burocracia, Max Weber constatou que esta centralização é uma característica do desenvolvimento das grandes empresas capitalistas, que se inspiraram na burocratização da guerra. As organizações militares centralizadas haviam demonstrado eficiência na guerra organizada. E isto influenciou a concentração dos meios de organização em outras esferas. É daí que vem a tendência da IASD à centralização, e não das expressões paulinas “cabeça” e “corpo de Cristo”.

Apesar de Max Weber referir-se à centralização, me parece mais adequado analisar a estrutura burocrática da IASD junto com a tendência oposta: a descentralização. Ambas são situações que se complementam no campo administrativo, formando dois pólos de atração da função administrativa. A centralização total impediria à máquina administrativa da IASD de realizar suas funções em áreas periféricas. Por outro lado, a descentralização total significaria o desaparecimento da organização centralizada. O mais correto é tratar de situar a posição relativa da burocracia adventista no contínuo centralização/descentralização, e verificar se ela é “mais” ou “menos” centralizada.

Para tal, é preciso ter em conta dois marcos. O marco geográfico — estabelecido pela base territorial da autoridade eclesiástica — requer que se explicita a relação entre o todo e suas partes integrantes. E o marco hierárquico requer que se torne clara a distribuição da autoridade eclesiástica entre os cinco níveis de administração. Sendo que esses marcos não se encontram separados na realidade, vamos abordá-los juntos.

A situação de centralização e descentralização é muito complexa na estrutura burocrática da IASD. Seria demorado e enfadonho estabelecê-la

com precisão em todos os detalhes. Portanto, nos contentamos com uma visão geral.

Os cinco níveis de administração da IASD formam os seguintes pares de relações: Associação Geral/Divisão, Divisão/União, União/Associação e Associação/Igreja local. O sistema permite só essas relações e nessa ordem, tanto no sentido ascendente como no descendente. Por exemplo, o par de relação Associação Geral/Igreja local não é possível, porque o sistema não estabelece uma relação entre ambos níveis. A relação entre eles é indireta, isto é, através dos pares de relações intermediários. Tais pares de relações constituem o sistema hierárquico de mando e subordinação, e a forma como é distribuída a autoridade eclesiástica com base territorial.

A hierarquia tem base territorial. Cada nível de administração abrange o território do nível imediatamente inferior, e controla suas atividades. Deste modo, o sistema opõe os poderes de funcionários cuja autoridade oficial se estende sobre um território mais vasto, aos poderes de funcionários cuja autoridade está limitada a territórios menores.

A centralização ocorre no sentido ascendente da estrutura: cada nível centraliza uma parte fundamental do controle administrativo, do poder decisório, dos recursos financeiros e da jurisdição territorial com relação ao nível imediatamente inferior. A descentralização acontece no sentido descendente. Vejamos dois exemplos dessas tendências opostas de um mesmo contínuo.

O primeiro, é o par Associação/Igreja local. O controle centralizado das comunidades locais pela Associação é possível porque esta tem como prerrogativa exclusiva a administração do dízimo, a nomeação de pastores e a propriedade dos prédios. A descentralização acontece porque a realização das atividades que visam a alcançar os objetivos religiosos da Associação ficam a cargo das comunidades locais.

O segundo, é o par Associação Geral/Divisão. A Associação Geral é a máxima autoridade. Sua jurisdição territorial é global, e deve atender os interesses mundiais. É o único nível de administração que pode estabelecer normas gerais para a IASD. Mas a centralização pura e simples na Associação Geral em Washington, DC, não conseguiria superar os interesses regionais e que podem constituir uma ameaça à unidade. Por outro lado, teria dificuldades para adaptar seu programa mundial às particularidades de cada região. Através da Divisão, a Associação Geral centraliza a administração das Uniões, ao mesmo tempo que se descentraliza para adaptar-se às particularidades regionais.

A descentralização não enfraquece a centralização, pelo contrário, a torna viável.

A organização adventista, assim como seu modelo, o Leviatã, não seria o que é sem a burocracia. Os que governam a IASD dividem a autoridade em níveis hierárquicos de administração que controlam tudo, inclusive a forças responsáveis pela continuidade do poder.

JUSTIFICAÇÃO DA BUROCRACIA

Como a elite dominante da IASD enfrenta a monstruosidade do leviatã que criou, a gigantesca máquina burocrática de dominação? Vou apresentar um exemplo apenas. Trata-se da interpretação alegórica da visão de Ezequiel 1-3 e 10, apresentada inicialmente por Ellen G. White e aproveitada mais recentemente por Walter R. Beach, ex-vice-presidente da Associação Geral.

Comparando a relojoaria do leviatã adventista com o veículo celestial que transporta o trono de Deus, diz Ellen G. White (*Testemunhos para Ministros e Obreiros Evangélicos*, 1979, pág. 213):

Para o profeta, uma roda dentro de outra, a aparência de criaturas vivas com elas relacionadas, parecia tudo intrincado e inexplicável. Mas a mão da sabedoria infinita é vista entre as rodas, e o resultado de sua operação é a perfeita ordem. Cada roda trabalha em perfeita harmonia com todas as outras.

Essa autora compara as “rodas dentro de rodas” com os níveis de administração da IASD. Os parágrafos seguintes mostram que ela usa tal comparação para apresentar um modelo do mundo divino, aparentemente complicado, que se opõe à administração autocrática: as decisões devem tomadas em “comissões de conselho” e os dirigentes deveriam agir como “conselheiros”, não como “autoridades”. O autoritarismo é desnecessário, pois a “mão” de Deus age para por ordem na maquinaria administrativa, fazendo que suas partes operem em harmonia umas com as outras. O que ela propõe é impossível: que o mecanicismo do leviatã adventista não exerça aquilo para o qual foi criado — o poder de dominação..

Walter R. Beach retoma essa interpretação alegórica de Ellen G. White para justificar a complexidade da máquina administrativa da IASD, e sugerir que Deus a comanda e a torna eficiente. Sua palavras são as seguintes:

A mensageira do Senhor [entenda-se Ellen G. White] sugere que a visão que o profeta Ezequiel teve às margens do rio Quebar pode ser um estudo proveitoso para nos ajudar a compreender a complexidade e eficiência da organização da Igreja Adventista do Sétimo Dia.

Ezequiel viu muitas rodas cruzando-se uma com as outras. Alto, acima destas rodas, ‘havia algo semelhante a um trono’ (Eze. 1:26). Ezequiel 10 registra uma cena semelhante, introduzindo a forma de uma mão humana que guia os seres celestes que impelem as rodas (ver verso 8). Esta mão representa a mão do Onipotente. O ‘trono’ e a ‘mão’ fizeram com que houvesse perfeita harmonia onde havia aparente confusão.

A maquinaria dos eventos humanos e da organização da Igreja requer muitas facetas e aparentes complicações. Os problemas com os quais

os líderes da Igreja se deparam não são simples, exceto para os ignorantes e inexperientes. A despeito das complicações que surgem, a ‘mão’ que guia as rodas pode ser vista e nela podemos confiar. (Rodas dentro de Rodas, in *Revista Adventista*, Setembro de 1979, págs. 12 e 13).

É evidente a conexão que Walter R. Beach estabelece entre as “rodas dentro de rodas” da visão de Ezequiel com os cinco níveis de administração da IASD. Diante da complexidade da organização adventista, sua tese é confiar na “mão” de Deus que guia as rodas e é responsável pela harmonia que existe nelas.

Minha tese é outra: muitos dos problemas com os quais se deparam os dirigentes adventistas são provocados pela complexidade da máquina administrativa, o exagero de níveis de administração e o exercício do poder burocratizado (a dominação ou a ditadura dos funcionários).

Mas Walter R. Beach apresenta justamente o que torna complicada a máquina administrativa adventista como algo que a torna menos complicada. Eis suas palavras:

O sistema de organização adventista do sétimo dia torna-se menos complicado e mais compreensível quando nos conscientizamos de que a maneira de agir, o mesmo grau de responsabilidade e quadro de pessoal se repetem de maneira quase exata nos cinco níveis da administração da Igreja.

A seguir vamos confrontar essa interpretação alegórica com a de Gerhard von Rad (*Teologia do Antigo Testamento*, São Paulo, ASTE, 1974, vol. 2, págs. 51 a 69 e 211 a 216), e que é o resultado das mais recentes pesquisas sobre o profetismo. Em forma resumida, qual é o propósito dessa visão de Ezequiel?

É o relato de como recebera a vocação profética às margens do rio Quebar. E de como, a partir desse momento, passou completamente para o lado de Deus.

Na visão, Ezequiel assiste a uma manifestação tumultuosa da “glória de Deus”. Deus, rodeado pelos seres celeste, o investe de uma missão solene, difícil e sem esperança devido à obstinação dos receptores da mensagem. Numa espécie de ato celeste oficial, Ezequiel, como “embaixador”, recebe das mãos do “Rei”, sentado no trono, um rolo no qual é precisado o conteúdo de sua missão

Mediante a visão, Deus arma o profeta para afrontar uma oposição que supera suas forças humanas. Torna o aspecto do profeta mais duro que pedra.

O profeta, por vocação, fogia “às regras religiosas que a maioria tinha ainda válidas (e sabe-se o que isto significa para um homem do Oriente antigo) e que por isto se encontrava na obrigação de justificar, a seus próprios olhos e diante dos outros, sua situação nova e sem precedentes. O

profeta presta contas de um acontecimento que o revestiu duma missão, dum saber e duma responsabilidade, e que o lançou sozinho diante de Deus. Isto obrigou o profeta a provar a legitimidade de sua posição de exceção face à multidão”.

O seres celestes e as rodas servem para transportar o trono de Deus à terra, no meio de uma tempestade, para entregar a vocação profética a Ezequiel.

A revelação feita ao profeta não tinha por objetivo fazê-lo aceder ao conhecimento das realidades internas do mundo divino. Ela se concentra sobre o acontecimento histórico, presente e futuro, pertencente ao círculo restrito da vida de Israel. Por isso, ao descrever a “glória de Deus”, Ezequiel mostra-se completamente isento de qualquer espécie de preocupação especulativa sobre o mundo celeste. A sua prudente descrição do mundo transcendente está repleta de figuras humanas que servem ao desígnio divino.

Conforme o resumo precedente, é descabida a interpretação organizacional dada ao texto bíblico em questão. Acredito que nenhum exegeta sério abordaria o texto nesse sentido, porque as Escrituras, em geral, e os profetas, em particular, não se ocupam das “formas” de governo em si mesmas. Tratam sim da bondade ou justiça, ou seus opostos, das estruturas sócio-políticas que prevaleciam na época.

A preocupação dos autores bíblicos é mostrar que Deus está presente na História também para julgar os acontecimentos sócio-políticos e reivindicar sua soberania. Tal julgamento não tem como referência a “forma” em si mesma como os povos estavam organizados, mas se são justas ou não, de acordo com o conceito bíblico de justiça. Mas que a visão do profeta Ezequiel sugere uma estrutura burocrática moderna de governo eclesiástico está fora de cogitação.

O único que se pode admitir, é que a referida visão oferece uma imagem ambientada na forma monárquica de governo — Deus é apresentado como um “rei”, sentado em seu “trono” e sendo transportado por seu “carro real” do mundo celeste. Mas isto não significa que Ezequiel esteja recomendando a monarquia. Os adventistas não admitem a forma monárquica de governo eclesiástico.

A interpretação organizacional da visão de Ezequiel apresenta outras dificuldades. Não é evidente que o texto estabeleça primeiro um momento de “aparente confusão” no movimento dos querubins e das rodas, e, depois, um outro momento de “perfeita harmonia” estabelecida pela intervenção da “mão de Deus”. O texto se refere apenas a uma ação harmoniosa dos seres celestiais e das rodas (Eze. 1:12, 19-21). Parece estranho admitir que a “glória de Deus” irrompe primeiro de maneira desorganizada e depois se organiza. A narrativa tem todas as características de uma irrupção e não de um esquema que começa em confusão e termina em organização.

Walter R. Beach afirma que a “mão” de Eze. 10:8 “representa a mão do Onipotente”, e que ela e o “trono” (de Deus) estabeleceram harmonia onde havia aparente confusão. Porém, no texto se trata de mão de querubim

e não de mão de Deus. O texto faz distinção entre “mão de Deus” (Eze. 1:3; 3:14, 22 e outros) e a “mão dos querubins” (Eze. 1:8; 10:7, 8, 12, 21). Ou seja, Ezequiel é explícito quando fala de uma ou de outra “mão”. A confusão entre as “mãos” criada por Walter R. Beach se resolve lendo juntos os versos 7 e 8 de Eze. 10: trata-se da mão dos querubins. E nada se diz quanto a elas serem usadas para por ordem na confusão das rodas. (Tampouco diz que havia confusão nas rodas).

E o mais importante: os quatro querubins e as quatro rodas são o meio de transporte celestial do trono de Deus. A confusão não estava nas “rodas”, mas na mente do profeta. Num primeiro momento, ele não compreendeu o que eram essas rodas vivas e os seres celestiais que as comandavam. Só mais tarde (Eze. 10:13, 20), ele percebe que se tratava do “carro” real que transporta o trono de Deus. Assim como o rei terreno tem o seu carro real, Deus tem o seu para transportar seu trono. A diferença entre ambos carros é que o de Deus tem rodas vivas e é “puxado” não por cavalos, mas por querubins e viaja no meio de uma “tempestade”.

A pergunta pertinente é: que relação tem a imagem de um meio de transporte do mundo celestial com a organização eclesiástica?

Nenhuma! Trata-se de uma interpretação forçada, inadequada e incoerente, que só é possível valendo-se do método exegético de Orígenes de Alexandria, cujo princípio fundamental é este: o texto diz uma coisa, mas o seu significado é outro. Usando o método alegórico de interpretação podemos fazer com que as Escrituras digam o que queremos que elas digam.

A ORGANIZAÇÃO COMO OBJETO DE FÉ

É característica da IASD valorizar ao extremo sua organização e defendê-la como se fosse um dogma. (O senso crítico, nesse sentido, é considerado como “rebeldia” ou “apostasia”.) Um exemplo disto, encontra-se no artigo 9 do “voto batismal” (*Manual da IASD*, pág. 55), uma fórmula doutrinária breve, mediante a qual são indagados os candidatos ao batismo e os que são aceitos por profissão de fé. Esse artigo pergunta: “Crê na organização da Igreja...”

Essa fórmula doutrinária foi elaborada de acordo com a fórmula tradicional de antigos credos cristãos —por exemplo o Símbolo Niceno— que começam com a palavra “creio” (*credo* em latim). O artigo 9 corresponde a dizer “Creio na organização da Igreja”. O termo “organização” é mencionado explicitamente. O que contrasta com os credos tradicionais que dizem: “Creio na comunhão dos santos”.

É evidente que a fórmula adventista substitui “comunhão” por “organização”. Pode ser considerada uma maneira indireta de dizer: “Creio na estrutura burocrática e representativa da Igreja”. Significa que a organização burocrática e representativa foi colocada como artigo de fé! Este tipo de coisas são insuportáveis para os teólogos sérios.

Não vamos discutir aqui essa questão, e sim apresentar um resumo do comentário de Karl Barth (*Bosquejo de Dogmática*, págs. 223 a 235) sobre o Símbolo Niceno, que serviu de modelo para a IASD elaborar seu “voto batismal”. Esse comentário não foi superado, e fornece conceitos que podem ser o ponto de partida para uma discussão séria.

Para Barth, a Igreja é fundamentalmente *Gemeinde* (= comunidade, no sentido de “congregação” convocada mediante o chamamento do Espírito Santo, para participar da Palavra e do Sacramento de Cristo). É uma reunião de seres humanos que pertencem a Cristo, realizada pelo Espírito Santo. Acontece em obediência a um desígnio superior e não por um acordo celebrado entre seus componentes. É nisto que as comunidades cristãs diferem das comunidades naturais ou históricas.

Credo ecclesiam significa “creio na existência da Igreja”, isto é, que a congregação à qual pertencço é uma santa Igreja universal, porque na Igreja os indivíduos e as congregações estão unidos um a outros em Jesus Cristo, pelo Espírito Santo, não por uma organização.

Desse modo, *credo ecclesiam* não significa a divinização de nenhuma criatura, porque não se faz da Igreja o objeto da fé; não se acredita na Igreja, e sim que nessa congregação acontece a obra do Espírito Santo. Dentro desta linha correta de pensamento, não se pode aceitar que a organização da Igreja se torne objeto de fé, e se diga “Creio na organização da Igreja”, que, no fundo, significa dizer “Creio no leviatã adventista, criado para governar a Igreja”...

Capítulo 5

EXAME DO PROCESSO E DO COMPORTAMENTO ADMINISTRATIVOS

Comprovado que a função administrativa na IASD tem as características de uma burocracia moderna, já podemos abordar a relação entre burocracia e representação política, agora tendo como foco o processo e o comportamento administrativos. E, assim, fica completa nossa análise da forma de governo da IASD, revelando que se trata de uma burocracia representativa.

Se a burocracia é a face oculta do leviatã adventista, o sistema representativo é a face que ele mostra à todos, se vangloriando de dar oportunidade para que “todos” os membros participem, através de seus representantes, na escolha dos “dirigentes”. Qual é a relação entre essas duas faces do monstro?

PRELIMINARES

Antes, porém, é preciso definir o que se entende por “representação política”, “processo administrativo” e “comportamento administrativo”, pois constituem agora os conceitos fundamentais.

Uma das questões mais interessantes e decisivas na organização moderna —especialmente do Estado— é o da representação política. Esta é possível só quando se atribui a soberania ao povo, nação ou grupo político. A intervenção popular ou dos componentes do grupo político no exercício do poder articula-se mediante a representação.

Como é impossível a participação direta de todos os componentes individuais na gestão dos negócios dos Estados e das grandes corporações, surge a necessidade de estabelecer procedimentos representativos que permitam a intervenção no poder da maioria à qual se atribui a soberania. Nesse sentido, a representação política cumpre o seu papel através destes dois conceitos fundamentais: por um lado, significa a possibilidade de atender a vontade da maioria; por outro lado, constitui o meio de legitimar a autoridade. E aqui encontramos a discrepância fundamental do sistema representativo com a natureza da Igreja: nesta, não se trata da soberania da maioria, mas da soberania de Deus; não se trata da autoridade legítima do ser humano, mas do consentimento à soberania de Deus.

O processo administrativo consiste no exercício do poder governamental não diferenciado (não faz distinção, como no caso da IASD, entre poder executivo, poder legislativo e poder judiciário). Ou seja, é o

poder que, ao mesmo tempo, elabora normas administrativas, as aplica a caso particulares e ordena ou proíbe atos determinados, entre outros. Esta concentração total dos atributos do poder em mãos de um só indivíduo ou de um grupo de indivíduos —o soberano— é uma característica do poder absoluto.

A expressão “comportamento administrativo” refere-se ao comportamento humano restrito ao âmbito de uma organização, especialmente ao comportamento que implica a adoção de decisões e o exercício de uma influência calculada sobre terceiros.

ORIGENS E CONCEITOS DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

O leitor ingênuo do *Manual da IASD* pode ter a impressão que a forma representativa de governo eclesiástico tem sua origem na Bíblia, ou se fundamenta num modelo divino, porque a coloca dentro de uma versão teísta da organização. Já vimos que essa versão é artificial. Uma abordagem científica da questão não pode incorrer em ingenuidades desse tipo, ou voltar-se para o campo subjetivo e basear-se em aspectos emotivos.

O sistema representativo —assim como o sistema burocrático— tem origem neste mundo, no movimento dos povos. Tanto é assim, que a origem e o desenvolvimento desse sistema pode ser situado com precisão na História. (Sobre as origens e o desenvolvimento da forma representativa de governo ver F. P. G. Guizot, *Histoire des Origines du Gouvernement Représentatif en Europe*, Paris, 1861; Henry Jones Ford, *Representative Government*, Nova York, 1924; e H. J. Laski et alii, *The Development of the Representative System in Our Times*, Lausanne, 1928).

Não cabe aqui repetir a história e o desenvolvimento da forma representativa de governo. Contudo, é útil para nossa análise lembrar alguns aspectos nesse sentido.

A idéia de representação política tem o seu ponto de partida no Direito privado, e supõe o seguinte vínculo entre duas pessoas: as ações do “representante” são imputadas como próprias do “representado”. No vínculo representativo, o representado é substituído pelo representante, mediante a transferência da imputação.

O campo político conheceu diferentes tipos de representação. Na antiga Roma imperial, a *Lex Regia* fazia do Imperador um representante do povo romano. Este conferia àquele seu poder e seu império. Na Idade Média encontram-se diversos exemplos de representação política, entre os quais se destacam as assembleias medievais. Nestas, os representantes populares detêm apenas a representação da cidade, vila ou condado que os indicou. As Cortes, o Parlamento e os Estados Gerais, na Espanha, Inglaterra e França medievais, são representativos de diversos segmentos do reino. A representação era outorgada de maneira diversa, segundo o caso. Podia ser por indicação do rei, hereditária ou eletiva.

Contudo, em nenhum desses lugares e momentos, desenvolveu-se uma teoria e uma doutrina da representação política. Isto acontece só no século XVIII, na época da Revolução Francesa. O mandato representativo tem sua origem na doutrina francesa. Os primeiros conceitos dogmáticos dessa doutrina são expostos por Emmanuel-Joseph Sieyès (1748-1836) em seus trabalhos. Em seus conceitos revolucionários, supõe que se representa o povo como um todo, e que os representantes devem ser eleitos mediante o sufrágio.

Não se pode deixar de mencionar a Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), cujos conceitos e teorias políticas inspiraram a Revolução Francesa e as revoluções na América espanhola. Especialmente em seu *Do Contrato Social*, Rousseau defende a idéia de que os representantes políticos representam a vontade geral.

A idéia clássica de representação política teve sua origem em 1789, nos Estados Gerais da França. O mandato representativo é concebido como sendo o vínculo estabelecido entre a totalidade dos representantes, porque eles representam a soberania do povo em seu conjunto. É fácil perceber que a democracia está implicada neste conceito.

No século XIX, a idéia clássica de representação política sofreu algumas alterações ao ser vinculada com os segmentos da sociedade. No sistema de partidos políticos —que defendem os interesses das classes sociais— surgem pessoas que entendem representação como um método para designar os integrantes dos organismos do governo. Tais integrantes recebem seus poderes da Constituição e não dos eleitores. Os sistemas corporativos e institucionais estabelecem o vínculo representativo entre as instituições e os representantes, isto é, há representação das instituições e não da vontade geral. Estes conceitos favorecem mais a burocracia que a democracia, e são os adotados pela IASD. A Comissão Executiva, por exemplo, é formada por titulares dos departamentos e das instituições, que representam as atividades regulares da IASD. A representação das igrejas locais é mínima, geralmente por um representante que é substituído anualmente, enquanto os outros permanecem durante todo o período administrativo.

Este breve resumo é suficiente para mostrar que a forma representativa de governo da IASD é uma cópia da representação política, que teve sua origem no mundo civil e nele se desenvolveu e se universalizou. A representação política também é um fato universal no governo eclesiástico. Em maior ou menor grau, é usada em conjunto com as formas mais tradicionais de governo eclesiástico — monárquica, episcopal, presbiteriana sinodal e congregacional.

A VERSÃO TEÍSTA DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

Em sua versão teísta da organização, Ellen G. White fornece as diretrizes e os fundamentos para a representação política na IASD. As mais

importantes foram transcritas no *Manual da IASD* para fundamentar certos procedimentos administrativos. Segue um resumo de tais diretrizes e fundamentos. A ordem na qual são apresentadas é a que eu considero a mais adequada.

As principais diretrizes se fundamentam em três idéias:

1. Jesus Cristo habita em seu povo, por meio do Espírito Santo (*Testimonies for the Church*, vol. 5, pág. 107; *Testemunhos para Ministros e Obreiros Evangélicos*, págs. 15-19 e 25).

2. “Deus está dirigindo um povo, não uns poucos indivíduos dispersos, aqui e ali, um dos quais crê uma coisa, outro outra” (*Testimonies for de Church*, vol. 1, pág. 207).

3. Deus fala através de seu povo (*Atos dos Apóstolos*, págs. 163-164).

Dessas idéias, Ellen G. White deduz três diretrizes fundamentais:

1. “A maioria da igreja é um poder que deve reger seus membros individuais.” (*Testimonies for de Church*, vol. 5, pág. 107). O raciocínio implicado nesta diretriz é o seguinte: se Deus habita em seu povo, o dirige e fala por ele, a Igreja deve ser governada tendo como base a vontade manifestada pela maioria de seus membros. Segundo o *Manual da IASD* (pág. 45) a autoridade da Igreja repousa em seus membros. Essa diretriz não é encontrada na Bíblia. É, isto sim, um princípio das democracias modernas que atribuem a soberania ao povo ou grupo.

2. Cada membro da Igreja tem participação na escolha dos “oficiais” mediante o sistema representativo (*Testemunhos Seletos*, vol. 3, págs. 240 e 241). Em todos os níveis de administração da IASD, as eleições das autoridades eclesiásticas e de seus funcionários subalternos são sempre realizadas pela forma indireta. A Assembléia de representantes indica a Comissão de Nomeações. Esta, por sua vez, indica os ocupantes dos cargos, cuja aprovação ou não depende da Assembléia. Na realidade, é só nas comunidades locais que a totalidade dos membros tem a oportunidade de constituírem a Assembléia. Eles participam da Assembléia da Associação mediante representantes escolhidos pelas comunidades locais. Nos outros níveis de administração — União, Divisão e Associação Geral — os representantes são, em sua maioria, autoridades e funcionários.

3. O consenso da maioria dos membros da Igreja, devidamente convocados através do sistema representativo, dever ser considerado como “a voz de Deus”, isto é, como a máxima autoridade. Esta diretriz é expressada de diversas maneiras por Ellen G. White. Um exemplo é este: “O mais alto poder abaixo do Céu, concedeu o Senhor a Sua Igreja. É a voz de Deus em Seu povo reunido na qualidade de uma Igreja, que deve ser respeitada” (*Testemunhos seletos*, vol. 1, pág. 395). Mas, ela atribui esse poder exclusivamente à Associação Geral, porque é o organismo que representa toda a IASD. Esta diretriz não encontra paralelo na Bíblia. Porém, condiz com o *slogan* repetido freqüentemente nas democracias modernas: “A voz do povo é a voz de Deus”. O que realmente acontece é que a “voz do povo” se transforma na Associação Geral em a voz das autoridades eclesiásticas e de seus funcionários subalternos, pois são estes

os que compõem a Assembléia e a Comissão Executiva desse nível de administração.

Esta versão teísta contém idéias fundamentais da doutrina francesa sobre representação política. O mais provável é que os pioneiros adventistas não as tenham recebido diretamente das fontes francesas, e sim do ambiente cultural dos EUA. No período de formação dos EUA, havia uma identificação entre os protestantes norte-americanos, descendentes dos “pais peregrinos”, e a doutrina francesa. Esta foi amplamente difundida nas colônias pelos imigrantes que fugiam das perseguições religiosas na Europa. Sabemos que essa doutrina foi fundamental na constituição do sistema representativo norte-americano.

O sistema representativo funciona na IASD entre os períodos administrativos, quando há eleição das autoridades e funcionários. Na comunidade local e na Associação, elas acontecem de acordo com o conceito de representação popular. Nos outros níveis de administração, a eleição é feita conforme o conceito de representação corporativa. Durante os períodos administrativos, o processo administrativo se realiza dentro do sistema burocrático como acontece no Estado e nas grandes corporações.

A burocracia foi adotada na IASD como solução para os novos problemas administrativos decorrentes do crescimento constante do número de membros, de sua expansão no mundo e da necessidade de elaborar e manter em dias seus estatutos e normas administrativas. As exigências legais obrigaram à organização adventista a contratar juristas com formação universitária. A presença obrigatória e a participação constante desses juristas contribuiu para a introdução da burocracia na estrutura da IASD. Nos dias de hoje, os juristas e os administradores exercem muito mais influência do que os teólogos nas questões técnicas de administração eclesiástica.

Neste ponto, passamos a analisar como a burocracia entra em concorrência com o sistema representativo, e como tende a corroê-lo e desagregá-lo dentro da estrutura da IASD.

O confronto entre burocracia e representação política revela que são incompatíveis em certos aspectos fundamentais. (Veja o quadro na página seguinte.) A burocracia limita e até impede que se concretizem conceitos básicos da representação política.

De acordo com o sistema representativo, a organização adventista está constituída por uma hierarquia de assembleias e comissões executivas apoiadas numa base: as igrejas locais. Teoricamente, é nessas congregações onde se encontra a origem de todas as delegações e mandatos. Na prática, a pressão da base atinge apenas a Associação. Os outros níveis de administração têm uma completa independência das igrejas locais.

A burocratização não alterou a estrutura original da IASD, mas modificou profundamente o processo e o comportamento administrativos. No *Manual da IASD* há expressões que são condizentes com o sistema representativo, favorável a uma sociedade igualitária. Afirma que todos os participantes da IASD são “um em Cristo” (Gál. 3:28), e que “jamais deve

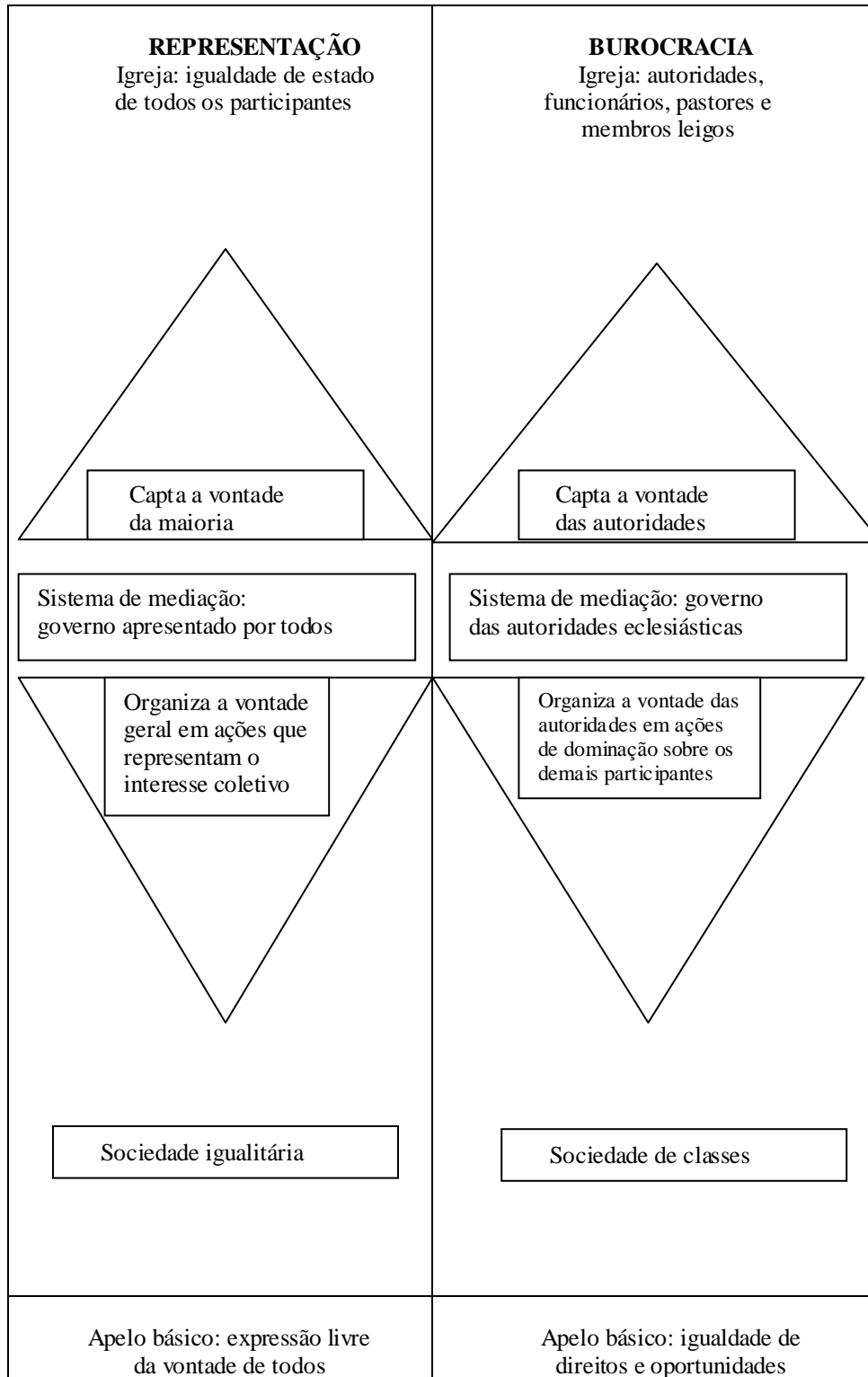
existir entre os seguidores de Cristo qualquer preferência de casta, nacionalidade, raça ou cor” (pág. 24). E reconhece a “igualdade de ordenação de todo o ministério” (pág. 45).

Mas, a burocracia requer uma sociedade de classes. Por isso, os adventistas do sétimo dia estão divididos em quatro classes: 1) autoridades eclesiásticas — chamadas “administradores”, 2) funcionários subalternos — chamados “departamentais”, 3) pastores e 4) leigos.

De acordo com diretriz original, o sistema representativo da IASD é contrário às formas monocráticas de autoridade. Ellen G. White a expressa assim: “Deus não estabeleceu entre os Adventistas do Sétimo Dia, nenhuma autoridade suprema para dirigir toda a corporação, ou qualquer seção da obra. Ele não estipulou que a responsabilidade da direção recaísse sobre uns poucos homens. As responsabilidades são divididas entre grande número de homens competentes” (*Testemunhos seletos*, vol. 3, pág. 240). Este grande grupo é formado pela hierarquia de assembleias e comissões executivas de todos os níveis de administração.

Porém, a tendência monocrática da burocracia debilita a autoridade desses organismos corporativos e fortalece o poder das autoridades eclesiásticas, principalmente o dos presidentes, levando a uma quebra do princípio de igualdade de todo o ministério. Além de presidirem os organismos corporativos, os presidentes possuem um poder de iniciativa que não é dado aos demais pastores. Certos aspectos de sua função lhes confere uma autoridade crescente sobre seus pares. Geralmente, eles tiram o máximo proveito da posição hierárquica e do poder burocrático de que dispõem. E, assim, se estabelece a cadeia típica de dominação da burocracia: o “senhor” de um nível de administração é dominado pelo “senhor” do nível imediatamente superior.

CONTRADIÇÕES ENTRE BUROCRACIA E REPRESENTAÇÃO



Seguem alguns exemplos concretos sobre o processo e comportamento administrativos característicos da burocracia.

Na Assembléia da Associação, é o presidente da União quem preside a Comissão de Nomeações, encarregada de indicar as autoridades eclesiásticas (presidente, secretário e ecônomo) e seus funcionários subalternos (departamentais), enquanto o secretário e o ecônomo da União presidem outras comissões. Cada uma dessas autoridades submete à votação na Assembléia as decisões de suas respectivas comissões. Deste modo, exercem sua influência na etapa mais significativa do processo decisório da Associação.

O presidente da Associação é nomeado em primeiro lugar, e será sempre um pastor que conte com o apoio do presidente da União. Imediatamente este submete a indicação à votação da Assembléia, e convida o presidente recém-eleito da Associação para participar da Comissão de Nomeações. A partir desse momento, todas as demais nomeações serão influenciadas também pelo novo presidente da Associação.

No período entre as assembleias, o processo decisório funciona geralmente do seguinte modo: antes de cada reunião da Comissão Executiva, as autoridades eclesiásticas preparam a agenda. Esta “pré-mesa” permite às autoridades eclesiásticas selecionar os itens que serão apresentados à Comissão Executiva, estudá-los previamente e pensar em soluções. Na maioria dos casos, os membros da Comissão Executiva não têm outra alternativa senão pedir informações adicionais e aprovar as propostas feitas pelas autoridades eclesiásticas. Como a Comissão Executiva está composta —pelo menos no Brasil— principalmente pelos funcionários subalternos, estes se sentem na obrigação de apoiarem a vontade das autoridades eclesiásticas.

Nos EUA, a Comissão Executiva da Associação está composta, em sua maioria, por representantes das igrejas locais. Os funcionários têm, geralmente, um ou mais representantes. Ou seja, prevalece o conceito de representação das bases. No Brasil, como em quase toda a América Latina, esse organismo está formado, em sua maioria, por funcionários. As igrejas locais são representadas por um ou dois membros leigos, geralmente escolhidos pelas autoridades eclesiásticas. Portanto, prevalece o conceito de representação corporativa (de atividades e instituições).

CARACTERÍSTICAS DO PROCESSO E DO COMPORTAMENTO ADMINISTRATIVOS

1. *Predomina a vontade das autoridades eclesiásticas (administradores)*. Quem observa a prática, percebe que as autoridades eclesiásticas costumam dar ordens a seus funcionários subalternos, e estes às igrejas locais, sobre o que, como, quando e quanto devem fazer.

Porque existe essa hegemonia da vontade das autoridades eclesiásticas?

A explicação do ponto de vista da representação política é dada por J.-J. Rousseau em seu livro *Do Contrato Social*. Ele distingue “três vontades

essencialmente diversas” na pessoa do magistrado (para aplicá-las à estrutura da IASD basta substituir “magistrado” por “autoridade eclesiástica”). Elas são: 1) a vontade própria do magistrado, que busca seu próprio proveito particular; 2) a vontade comum dos magistrados, também chamada vontade de corpo, que opera unicamente em benefício do governo; e 3) a vontade geral do povo, ou vontade soberana, que deve ser a única regra para as outras vontades.

Rousseau entende que a vontade soberana (a do povo) é a mais fraca. Depois segue a vontade do corpo. Sendo a mais forte a vontade particular. Por isso cada magistrado é primeiramente ele próprio, depois magistrado e, por último, cidadão ou membro do povo. E disto conclui que tal gradação opõe-se inteiramente à exigida pela ordem social do povo. Esta crítica à realidade imediata, leva em conta os impulsos egoístas da personalidade humana, os interesses particulares e corporativos que, em nome da “ordem natural”, investem contra a vontade coletiva e usurpam a soberania da sociedade. (*Rousseau*, Coleção Os Pensadores, 1978, pág. 80).

Da polarização entre os interesses particulares e os gerais, nenhuma sociedade ou organização está livre. Portanto, não é de se estranhar que na IASD prevaleçam a vontade própria e a vontade do corpo das autoridades eclesiásticas sobre a vontade geral.

A explicação do ponto de vista da burocracia é dada por Maurício Tragtenberg (*Burocracia e Ideologia*, Ed. Ática, 1980, págs. 186 a 219), quando afirma que a burocracia surgiu na sociedade humanística liberal como mediação entre os interesses particulares e os gerais. Porém, com o passar do tempo, e devido a certas circunstâncias, a burocracia dedicou-se a exercer um poder político de dominação. Defendendo seus interesses pessoais e os dos proprietários, os altos funcionários usurparam o poder da maioria e impuseram seus interesses. Por isso, a oferta de igualdade de direitos e oportunidades para todos, feita pela burocracia, é um idealismo utópico. No campo político, a burocracia separa a tomada de decisões da vontade dos governados da mesma forma como o capitalismo separa o capitalista e os administradores dos meios de produção. Daí que quem executa as ordens não tem o direito de saber porque o faz, nem se quer ou não executá-las; apenas é obrigado a cumpri-las.

Para Max Weber, a burocracia é propícia à hegemonia dos altos funcionários (no nosso caso, das autoridades eclesiásticas). E isto se deve ao exercício do poder, por esses funcionários, na estrutura burocrática. Parafraseando a definição clássica de Max Weber, podemos definir o poder que as autoridades eclesiásticas exercem em todos os níveis de administração da IASD, do seguinte modo: “é a possibilidade de que uma autoridade eclesiástica, ou um grupo de autoridades eclesiásticas, realize sua vontade própria numa ação comunitária da Igreja, até mesmo contra a resistência de outros que participam da ação”.

2. *Alienação e isolamento*. Segundo Rousseau, a representação política é um poder intermediário introduzido entre a autoridade soberana (o povo) e o governo. A representação política exige os cidadãos de participar

diretamente no serviço público, e eles se dedicam a seus interesses pessoais. Ou seja, a representação política favorece a frouxidão e o amor à comodidade, pois implica uma troca, por parte dos cidadãos, de sua participação direta e pessoal nos serviços públicos por dinheiro. Passemos a palavra a Rousseau:

Desde que o serviço público deixa de constituir a atividade principal dos cidadãos e eles preferem servir com sua bolsa a servir com sua pessoa, o Estado já se encontra próximo da ruína. Se lhes for preciso combater, pagarão tropas e ficarão em casa. À força de preguiça e de dinheiro, terão, por fim, soldados para escravizar a pátria e representantes para vendê-la. (Rousseau, Coleção Os Pensadores, pág. 106)

Rousseau assinala o efeito mais significativo da troca dos serviços pessoais por dinheiro no sistema representativo: escravidão. O dinheiro dado pelos cidadãos financia a dominação dos governantes e representantes. Suas expressões são: “Daí ouro, e logo tereis ferros. A palavra *finança* é uma palavra de escravos...”.

A escravidão acontece porque a vontade não pode ser delegada. Se os cidadãos se recusam a exercer a vontade soberana mediante a participação direta no serviço público, e nomeiam representantes, prevalecerá a vontade dos representantes e não a dos representados. E os cidadãos ficarão sob o jugo de seus representantes.

Na burocracia, segundo Max Weber (pág. 238 e seguintes), o fator econômico-financeiro é um fator de poder. Ele assinala como um dos pressupostos e causas da burocracia o desenvolvimento de uma economia monetária. Esta fornece os recursos para manter funcionando a máquina burocrática — como os salários e demais benefícios das autoridades e de seus funcionários subalternos. A dominação na qual está calçada a burocracia não seria possível sem que ela se aproprie dos meios de produção, de uma boa fatia dos recursos financeiros. (Ver Maurício Tragtenberg, *Burocracia e Ideologia*, capítulo V.)

A burocracia adventista domina os membros da Igreja e os aliena do serviço cristão dessas duas maneiras, a saber, fazendo-os nomear representantes e apropriando-se dos dízimos e de uma boa fatia das ofertas e donativos. Podemos parafrasear os dizeres de Rousseau, transcritos anteriormente, para descrever a condição dos membros da IASD: “Desde que o serviço cristão deixa de constituir a atividade principal dos membros da Igreja e eles preferem servir com seu dinheiro a servir com sua pessoa, a Igreja já se encontra próxima da ruína. Se lhes for preciso anunciar o evangelho, pagarão missionários e ficarão cuidando de seus próprios negócios; se necessário ir ao conselho da Igreja, nomearão representantes e ficarão em casa (vendo televisão). À força de isolar-se, terão representantes para dominá-los na Igreja”.

Mas é preciso ver também o outro lado da moeda: quando o sistema constitui representantes e se apropria de uma boa fatia dos recursos financeiros, parece demais aos membros que a IASD ainda peça o serviço cristão pessoal e direto. É assim que a organização adventista aliena e isola os membros da Igreja.

E de fato, já foi constatado que aproximadamente 10% dos membros da IASD participam do serviço cristão, apesar dos esforços constantes por parte da organização para elaborar planos que os incentivem a participar. No livro *Serviço cristão* há vigorosos apelos de Ellen G. White para que os membros da IASD vençam o isolamento e se dediquem ao serviço cristão. O terceiro capítulo desse livro tem uma certa sintonia com os motivos da alienação mencionados por Rousseau.

O processo e o comportamento administrativos dos adventistas gera alienação e isolamento em dois sentidos: dos membros com relação à estrutura de administração e desta com relação aos membros. Vejamos os aspectos mais significativos.

3. *Hierarquia*. Como acontece em qualquer outra burocracia moderna, a IASD distribui a autoridade de forma hierárquica, com postos e níveis superiores e inferiores, nos quais a subordinação obedece ao grau de autoridade da escala hierárquica, baseada em áreas fixas de jurisdição.

Os adventistas levaram às últimas conseqüências a administração como trabalho exclusivo. As autoridades eclesiásticas dedicam a maior parte do tempo à administração técnica. Elas não têm, como acontece em outras denominações cristãs, suas respectivas igrejas locais para desempenhar ofícios pastorais. Suas atividades administrativas formam um universo separado das igrejas locais e da obra evangélica. E isto se deve ao fato de que as igrejas locais formam o nível inferior da organização e são áreas de jurisdição dos pastores. Ou seja, existe uma separação entre função administrativa e função evangélica. As autoridades eclesiásticas não participam diretamente da função evangélica e os pastores não participam diretamente da função administrativa (só quando são nomeados para ocupar cargos administrativos).

4. *Escritórios e centralização*. O centro de atividade das autoridades eclesiásticas e de seus funcionários subalternos são sempre os escritórios. Estes, como assinala Max Weber, são uma característica da burocracia moderna. No caso da IASD, os escritórios não servem só para ser o centro da atividade administrativa, guardar os arquivos de documentos e expedientes, segregar a atividade administrativa como algo distinto da vida privada dos funcionários, também servem para separar os administradores dos não-administradores. Os escritórios, como sinônimo de conhecimento técnico especializado em administração, são o lugar separado, isolado desde o qual as autoridades eclesiásticas e seus funcionários subalternos defendem sua posição privilegiada. Por esse motivo, os prédios dos organismos administrativos são exclusivamente escritórios, e estão separados de igrejas, instituições e tudo o mais.

5. *Segredo*. O segredo é uma das características mais notáveis do poder, e que as autoridades eclesiásticas o levaram às últimas conseqüências no processo e no comportamento administrativos da IASD. As sessões pertinentes ao processo decisório são sempre sessões secretas. A maioria das decisões tomadas nessas sessões são conhecidas só pelas autoridades eclesiásticas, e, às vezes, pelos seus funcionários subalternos, permanecendo arquivadas em segredo. Não é costume dos organismos administrativos apresentarem relatórios financeiros periódicos para todos os participantes. Esses relatórios são fornecidos só para os níveis superiores de administração, ou durante a Assembléia, quando são apresentados em forma técnica e com poucos detalhes. Só as autoridades eclesiásticas tem acesso ao *Livro de Praxes*, que fica guardado a sete chaves para que os “obreiros” não conheçam seus direitos e estes possam ser manipulados. A imensa maioria dos membros das igrejas locais não sabe o que acontece nos níveis de administração da IASD.

Para Max Weber (págs. 269 e 272), o segredo é um meio de poder nas burocracias. Ele explica como o segredo é usado nesse sentido:

Toda administração burocrática busca aumentar a superioridade dos que são profissionalmente informados, mantendo secretos seu conhecimento e intenções. A administração burocrática tende sempre a ser uma administração de ‘sessões secretas’: na medida em que pode, oculta seu conhecimento e ação da crítica.

Isolamento e segredo são, no parecer das autoridades eclesiásticas, os elementos fundamentais da boa administração. Na realidade, são parte de um processo e de um comportamento administrativos politicamente convenientes ao exercício do poder, e que tornam “jesuítica” (secreta) a administração adventista. Esta defende sua sobrevivência pelo sigilo administrativo, pelo ocultamento das decisões. E, assim, aprofunda seu modo de ser alienado e alienante.

6. *Despotismo administrativo*. Este é o aspecto do qual mais reclamam os obreiros, principalmente. E assim é porque as autoridades eclesiásticas da IASD tem como base o velho princípio da autoridade indiscutível, isto é, não se podem questionar suas determinações, sua vontade. A autoridade indiscutível dos presidentes, dos chefes, dos que mandam preocupam muitos adventistas, e provoca tensões entre pastores e leigos, entre igrejas locais e Associação, entre instituições e entre níveis de administração.

O despotismo administrativo faz com que a administração se torne mais autoritária do que comunitária, mais centralizada do que compartilhada. O poder despótico é justificado pela necessidade de se manter a unidade da IASD. Mas —esta é minha opinião— o despotismo administrativo pode produzir um efeito contrário e transformar-se no principal perigo para a unidade. A História está cheia de exemplos de reações contra o poder despótico dos administradores.

7. *Despolitização*. Uma das características dos adventistas do sétimo dia, principalmente dos não-administradores, é sua aversão pelo político, que geralmente consideram algo mau em si, um campo em que os cristãos não devem entrar. Muitos confundem política com politicagem. Oficialmente, a IASD se mantém afastada do político tanto quanto possível. Não tem nenhuma contribuição positiva que oriente a ação política e social. Não existe a compreensão de que a Igreja é uma instituição pública, e que sua vida pública está inserida no político. Aqui uso “político” ou “política” tanto no sentido mais amplo, referindo-se à vida total dos povos como entidade coletivas, quanto no sentido mais restrito, relacionado com o poder. Não uso esses termos no sentido ainda mais restrito de “luta partidária”.

Tampouco existe a compreensão de que a IASD é um grupo político — entre outros, tem uma forma de governo, uma estrutura de administração com base territorial, períodos administrativos definidos e realiza eleições. Mais surpreendente ainda é o fato de que a maioria dos membros leigos não sabem precisar qual é a forma de governo da IASD nem descrever sua estrutura.

Quatro são as causas da despolitização dos adventistas:

a) Os administradores são os únicos politizados e eles excluem os demais participantes do processo administrativo pelo comportamento que está sendo analisado. E assim, deixam o caminho livre para manipularem, com considerável autonomia, o corpo de crentes.

b) A mensagem adventista tem certas características que contribuem para a despolitização: promove engajamentos só do tipo individual e só destaca aspectos individuais da fé. As virtudes cristãs são apresentadas de forma abstrata — nunca se diz o que elas significam aqui e agora. (Um estudo nesse sentido encontra-se em Edegard Silva Pereira, *Persuasão numa Revista Religiosa*, in *Simpósio*, ASTE, Dezembro de 1982, págs. 116 a 133). O cunho apocalíptico da mensagem enfatiza que o mundo é mau, está ficando cada vez pior e em breve será destruído por Deus. Remete os fiéis a um “mundo do outro mundo” que não se sabe como é nem onde está. Os adventistas encontram-se numa condição contraditória: têm de viver neste mundo, mas sua fé os aliena da realidade. Não é de se estranhar que muitos se sintam perdidos e encontrem “segurança” no isolamento, em guetos formados, geralmente, em torno de instituições educacionais adventistas.

c) A teologia adventista é uma teologia clássica, tradicional, marcada pelo idealismo e pela incapacidade de perceber os dados positivos dos fatos e situações sociais. Não consegue tratar dos problemas políticos a não ser sob a forma de questões vinculadas com a ética. Mas, a perspectiva ética, por causa de sua natureza abstrata, conduz necessariamente a reflexão teológica ao moralismo. Ou seja, faz a teologia deformar-se num idealismo ético.

d) O principal meio de socialização dos membros, a Escola Sabatina, está dentro da linha traçada pelos itens anteriores. O estudo da Bíblia é orientado para que os participantes tenham uma compreensão do que significa existir como indivíduo religioso, muitas vezes de uma comunidade

cristã provinciana, empenhada em travar sua guerra dogmática particular. O que se busca é manipular, condicionar, adestrar os indivíduos para que consintam com a forma de governo eclesiástico e sejam obedientes. Mas, esse condicionamento não só aliena o indivíduo, também empobrece sua vida e impede que ele seja uma pessoa completa.

8. *Propaganda ufanista e triunfalista*. Um bom exemplo desse tipo de propaganda dirigido ao meio interno é o artigo de Walter R. Beach Perigos e Correntes Contrárias à Organização (in *Revista Adventista*, Julho de 1979, págs. 38 a 40). Vejamos dois trechos:

O governo da Igreja Adventista do Sétimo Dia foi moldado segundo o padrão apostólico. [!] A autoridade final na igreja pertence aos membros. [!] A responsabilidade executiva ou administrativa é delegada a grupos representativos e a oficiais. Através da voz dos membros e da imposição de mãos pelo ministério ordenado, uma forma representativa de governo eclesiástico une os crentes em igrejas, Associações, Missões, Uniões em um corpo comum, a Associação Geral, que atualmente opera através de 12 Divisões mundiais (incluindo a China e a Rússia).

Sob a influência do Espírito de Profecia [entenda-se Ellen G. White] e em harmonia com o padrão da primitiva Igreja apostólica [!], nossos pioneiros escolheram uma liderança coletiva [!] para a organização da Igreja em vez de um sistema unitário com o poder e autoridade centralizados em uma pessoa.

Por tudo o que foi visto até aqui neste estudo, sabemos que algumas frases desses trechos (as que terminam com o sinal de exclamação entre parênteses) não são verdadeiras. A atual forma de governo da IASD não tem nada a ver com o padrão apostólico nem com o padrão da Igreja primitiva; a autoridade final não pertence aos membros, e sim às autoridades eclesiásticas; sofreu tantas mutações, que está longe de ser a forma escolhida pelos pioneiros. Verdadeira é a afirmação de que o cimento da IASD é sua máquina de governo, centralizada na Associação Geral, detentora do poder soberano.

Seria impossível para Walter R. Beach provar que o Novo Testamento fala que a autoridade final pertence aos membros, que fala em sistema representativo, Associação, União, Divisão e Conferência Geral... O propagandista não precisa falar a linguagem das Escrituras, basta fazer de conta que fala de acordo com elas. Tampouco precisa provar nada. A propaganda requer que apenas se afirme categoricamente aquilo que se defende.

Segundo J. A. C. Brown, em seu livro *Técnicas de Persuasão* (Rio de Janeiro, Zahar, 1976) a propaganda funciona assim:

O mecanismo fundamental empregado por todas as formas de propaganda, como vimos, é a sugestão, que pode ser definida como a tentativa de induzir em outros a aceitação de uma crença específica sem dar razões por si mesmas evidentes ou lógicas para essa aceitação, quer elas existam ou não. (Pág. 26.)

O propagandista raramente discute, mas faz afirmações ousadas em favor de suas teses. Já vimos ser a essência da propaganda a apresentação somente de um lado da questão, a limitação propositada do raciocínio e indagação livres. (Pág. 29.)

As publicações e as falas dirigidas ao meio interno só se referem ao que engrandece a IASD. Mostram apenas a face limpa da organização. A outra face suja fica escondida. A Bíblia não faz essa desfiguração da realidade quando se refere a Israel ou a Igreja primitiva. A propaganda ufanista e triunfalista —pensa que é dona da verdade, afirma ser a única Igreja verdadeira, a que tem a melhor organização— torna a IASD uma comunidade arrogante e presunçosa.

A burocracia representativa da IASD age de maneira antitécnica, porque, de um lado, pretende responder aos propósitos cristãos da Igreja convidando a todos seus membros a participarem; do outro lado, pelo processo e o comportamento administrativos que adotou, os aliena e isola.

VANTAGENS E DESVANTAGENS

Para Max Weber (págs. 249 a 251), a superioridade da organização burocrática sobre qualquer outra forma de organização é puramente técnica. Ele assinala as seguintes vantagens técnicas da burocracia:

Precisão, velocidade, clareza, conhecimento dos arquivos, continuidade, discricção, unidade, subordinação rigorosa, redução do atrito e dos custos de material e pessoal — são levados ao ponto ótimo na administração rigorosamente burocrática, especialmente em sua forma monocrática.

E indica as causas dessas vantagens técnicas: 1) o princípio monocrático que elimina o atrito, a demora e os compromissos entre interesses e opiniões em conflito próprios dos órgãos colegiados; 2) o princípio de especialização das funções administrativas permite aos funcionários ter um treinamento especializado e aprender cada vez mais; e 3) a racionalização expressa mediante “regras calculáveis” permite a “calculabilidade” dos resultados.

A organização adventista usufrui parcialmente as vantagens técnicas da burocracia, devido às limitações impostas pelo sistema representativo. Ou seja, não é um tipo puro de burocracia. Outro aspecto limitador

encontra-se nas igrejas locais. Nestas, com exceção do pastor, todos os demais cargos e funções são do tipo voluntário, não remunerado. Este tipo de trabalho está menos sujeito aos esquemas administrativos superiores. Daí ser menos preciso, contínuo e unificado. Há omissões, demoras e falta de exatidão na realização dos diversos deveres.

Mas, para que existam essas vantagens técnicas, é preciso pagar muito caro. Elas são uma resposta da burocracia à cultura moderna, cada vez mais complicada e especializada, e que exige o perito despersonalizado, rigorosamente objetivo. A administração “racional” elimina os traços pessoais e subjetivos. Ou seja, aproxima o comportamento dos funcionários ao comportamento de um robô frio e calculista. Max Weber assinala a desumanização como a principal desvantagem da burocracia:

...a burocracia é “desumanizada”, na medida em que consegue eliminar dos negócios oficiais o amor, o ódio, e todos os elementos pessoais, irracionais e emocionais que fogem ao cálculo. É essa a natureza específica da burocracia, louvada como sua virtude especial.

O alto preço que organização adventista paga pela eficiência de sua máquina burocrática é a deplorável qualidade de pessoa humana das autoridades eclesiásticas e de seus funcionários subalternos. São do tipo que se esquece da importância das pessoas. Comportam-se como se a administração eclesiástica fosse um fim em si, e as pessoas apenas um meio. Estão mais interessados em atingir objetivos referentes ao crescimento da IASD, expressos em algarismos numéricos, que na formação do caráter. E há aqueles que estão mais preocupados em conquistar cargos, ou manter-se nos cargos que ocupam, do que em “pastorear o rebanho”. A luta por postos anula algumas virtudes cristãs, e transforma “pastores” em verdadeiros animais predadores.

A racionalidade do processo administrativo torna os funcionários indiferentes às necessidades, carências e sentimentos das pessoas. O cumprimento das normas da administração os faz agir com frieza. Quem é que, sendo membro da IASD, já não sentiu um pouco dessa frieza, dessa indiferença? Ou não se perguntou “como a administração da IASD veio parar nesse ponto”? Ou, sendo “obreiro” e sentindo-se atolado pelas pressões freqüentemente brutais das autoridades eclesiásticas, não pensou “como posso conciliar esse comportamento brutal com a vida cristã? Ou não se perguntou “onde foi parar a curtição no meu trabalho?”

As pressões dos níveis superiores de administração sobre as bases produziu dois efeitos: as igrejas locais foram organizadas em distritos pastorais, e os pastores foram transformados em administradores desses distritos. Como tais distritos são formados por várias igrejas locais, tornou-se impossível aos pastores atender às necessidades das pessoas. Os pastores foram obrigados a pensar cada vez mais como administradores que como pastores no sentido bíblico. A burocratização da atividade pastoral requer que os pastores trabalhem calçados na “calculabilidade” dos resultados, de

maneira despersonalizada e rigorosamente objetiva. E assim, os pastores tiveram sua autoridade aumentada, pois à autoridade da Palavra, foi-lhes acrescentada a autoridade burocrática. Mas, essa é uma caricatura de pastor. Contudo, estes efeitos negativos da burocracia não conseguem anular os efeitos positivos da Palavra e da ação humanizadora do Espírito. Por isso, na IASD existem também pessoas maravilhosas.

A ANTI-ADMINISTRAÇÃO

Apesar da eficiência da burocracia, as inclinações egoístas do ser humano —o ego é uma força formidável que não deve ser desconsiderada— podem pô-la a perder em certas organizações. Entre os fenômenos que mais preocupam os especialistas em administração, encontra-se este: num primeiro momento, a administração funciona para atingir os objetivos das organizações; depois, num segundo momento, a administração age mais em função de si mesma. Este fenômeno e seus efeitos é conhecido como anti-administração. Vejamos algumas características desse segundo momento e que são evidentes também na organização adventista:

1. A administração funciona mais de acordo com os interesses dos administradores que de acordo com os objetivos e necessidades da comunidade.

2. Multiplicam-se os administradores e os organismo administrativos, ao ponto de haver mais do que é necessário.

3. Os procedimentos tornam-se cada vez mais complexos devido a ação controladora dos administradores.

4. A administração torna-se exageradamente grande e muito dispendiosa. Gasta-se mais tempo, dinheiro e energia em manter a gigantesca máquina administrativa do que em atingir os objetivos comunitários.

5. Os cargos são distribuídos de acordo com os interesses pessoais dos administradores. Nomeiam como funcionários não tanto as pessoas mais competentes e qualificadas, mas as mais subservientes. Por sua vez, os funcionários incompetentes nomeiam auxiliares mais incompetentes do que eles, para não ter que ceder-lhes o cargo mais tarde. É assim que se promove a incompetência nas grandes organizações.

6. A ação administrativa é norteadada pela conquista e a manutenção do poder. Há uma deterioração do ambiente interno, provocada pela luta pela conquista dos postos. As relações entre colegas é marcada por inveja, ciúme, intriga, discórdia e perseguições internas.

7. Os administradores transformam o “poder de função” em “poder de exploração”. Cuidam de estabelecer crescentes privilégios exclusivos para si mesmos, que custam muito dinheiro.

8. Surgem os administradores que viajam muito e trabalham pouco.

A anti-administração já levou à falência grandes corporações e faz Estados passarem por agudas crises. Abra o jornal de hoje e verá que neste

momento empresas aparentemente sólidas estão falindo e Estados estão com sua economia em situação crítica. Na IASD, os efeitos destrutivos da anti-administração são mais visíveis na má índole de alguns administradores, não tanto como falência ou crise financeira.

A anti-administração acontece, segundo Max Weber (págs. 31, 260 e seguintes), porque a burocracia tem uma tendência para a formação e a manutenção de uma casta autoritária e irremovível de mandarins, distanciada das pessoas comuns que não têm treinamento especializado, diplomas ou cargos administrativos. A casta de mandarins se defende adotando o sistema de despojos (distribuem os cargos e favores a pessoas que lhes dão apoio irrestrito, independente de suas habilitações ou méritos para ocuparem tais cargos). O resultado é o oposto do esperado: limitação das oportunidades, aumento das irregularidades e falta de eficiência técnica.

EPÍLOGO

A análise da forma de governo da IASD revelou que é uma burocracia representativa, uma cópia do Leviatã — a imagem hobbiana da máquina estatal que exerce o poder soberano. Para criar seu leviatã, a IASD usou o modelo oferecido pela sociedade norte-americana.

O poder soberano, capaz de coordenar e agregar os membros em um corpo social único, é atribuído à Associação Geral, que o exerce através de uma máquina de administração centralizada, hierarquizada e burocratizada.

A IASD declara abertamente que sua forma de governo é a representativa. Mas, como costumam fazer as sociedades democráticas ocidentais, esconde que a função administrativa é burocrática. E faz isto para não deixar transparecer as contradições entre burocracia e representação política, e, principalmente, as discrepâncias destas com as bases cristãs.

Max Weber demonstrou que a burocracia é um “instrumento de dominação de primeira ordem”. A natureza ditatorial do poder burocrático esvazia o sistema representativo de seu sentido. Por isto, nenhuma forma de governo declara abertamente ser burocrática, mesmo que o seja. Estados e igrejas costumam ocultar a burocracia, sorrateiramente, atrás da democracia ou de formas tradicionais de governo eclesiástico.

O fato de que a organização adventista é uma organização de dominação não pode aparecer, pois seria motivo de escândalo para uma comunidade que pensa estar unida por forças espirituais — Jesus Cristo, sua Palavra e a ação do Espírito Santo.

Encobre o fato de ser uma cópia do Leviatã, apresentando uma versão teísta da organização —cujo antecedente é a arcaica “doutrina dos dois mundos”— que afirma ter usado o mundo divino como modelo de organização. O exame dessa versão teísta revelou que ela está repleta de deslocamentos conceituais que geram confusões e equívocos.

Para criar seu leviatã, a IASD substituiu conceitos neotestamentários por conceitos políticos: substituiu servir por poder, fé por racionalismo, organização evangélica por organização de dominação, exigências de Jesus por normas administrativas, a matriz bíblica amor/solidariedade pela matriz poder/obediência do Estado.

A organização da IASD não responde positivamente à exigência de Jesus de que seus seguidores constituíssem uma nova relação social, fundada no conceito “servir”, resultante da renúncia do poder em favor do amor (Mat. 5.32-42; Mar. 10.42-45; João 13.34 e 35). E mais, subverte o conceito “servir”. É função da organização servir os membros da Igreja. Quando os membros da Igreja existem para servir e sustentar à organização, como acontece na IASD, ela se transforma em um monstro.

Também subverte a questão que Jesus considera primária e decisiva quando disse: “Buscai, em primeiro lugar, o reino de Deus...” (Mat. 6:33). Em vez de buscar o reino de Deus, a IASD buscou o Leviatã para constituir um reino de autoridades eclesiásticas. A ironia: em vez de ser porta-voz da nova relação social exigida por Jesus, a organização da IASD tornou-se porta-voz das relações de poder do Leviatã.

A forma de governo da IASD é ambígua e contraditória. Uma coisa é sua base no ideal do cristianismo; outra coisa são a forma e os mecanismos institucionais postos em ação para atingir esse ideal. Na realidade, o que a IASD fez foi erradicar e desvincular a forma e os mecanismos institucionais de suas bases cristãs, vinculando-os às bases da civilização ocidental, a fim de realizar-se de uma forma social homogênea com a sociedade ambiente de sua origem.

Uma questão que não foi examinada e que fica em aberto, é a contaminação da IASD pela ideologia do capitalismo moderno, que seguramente ocorreu ao usar a sociedade norte-americana como modelo de organização. O exame desta questão revelará outros aspectos no quais a organização adventista subverte suas bases cristãs.

É possível enfrentar e derrotar o leviatã adventista?

Trata-se de uma tarefa muito difícil. Existem poderosos obstáculos que protegem o monstro. Vou mencionar os principais.

Primeiro obstáculo: a desburocratização é praticamente impossível. A burocracia possui fortes mecanismos de sobrevivência. Vejamos o que Max Weber (págs. 264 e 265) diz nesse sentido:

Quando se estabelece plenamente, a burocracia está entre as estruturas sociais mais difíceis de destruir. A burocracia é o meio de transformar uma ‘ação comunitária’ em ‘ação societária’ racionalmente ordenada. Portanto, como instrumento de ‘socialização’ das relações de poder, a burocracia foi e é um instrumento de poder de primeira ordem — para quem controla o aparato burocrático.

Em igualdade das demais condições, uma ‘ação societária’ metodicamente ordenada e realizada, é superior a qualquer resistência de ‘massa’ ou mesmo de ‘ação comunitária’. E, onde a burocratização da administração foi completamente realizada, uma forma de relação de poder se estabelece de modo praticamente inabalável.”

Segundo obstáculo: um dos principais preconceitos dos adventistas é a subestimação do político. Formam comunidades que carecem de força política. Por isso, geram um vazio político que favorece a dominação das autoridades eclesiásticas. Porque a maioria dos pastores, obreiros e membros leigos foram criados e domesticados pelo leviatã adventista, eles não questionam a existência desse monstro. Por outro lado, a participação direta dos leigos no processo decisório é mais nas congregações locais e termina nas Associações. E tal participação está regulamentada e é

conduzida pelas autoridades eclesiásticas, o que evita qualquer deslize das engrenagens da máquina administrativa. Os outros níveis de administração são o reino dos mandarins, inatingível por membros leigos e pastores distritais.

Terceiro obstáculo: a propensão do leviatã adventista é a mesma do Estado: atomizar o corpo social em individualismo. E o indivíduo alienado, isolado é um ser enfraquecido. A pouca ou nenhuma participação efetiva das bases na administração da IASD favorece a continuidade do despotismo administrativo.

Quarto obstáculo: o “creio na organização da IASD” do voto batismal transformou a organização de dominação em artigo de fé. Nada é mais temível que isso, porque, se para o Estado a desobediência à lei é crime, para as autoridades eclesiásticas a desobediência é sacrilégio.

Quinto obstáculo: o ufanismo que faz a IASD apresentar-se como sendo a única Igreja verdadeira. (Todas as demais recebem o rótulo de “apostatadas”.) Disto, a maioria dos membros conclui que a forma de governo da IASD também é “a verdadeira” e se eximem questionar o sistema. Mas a verdade é esta: nenhuma outra denominação cristã se afastou tanto dos padrões evangélicos ao constituir sua forma de governo como a IASD.

Sexto obstáculo: os meios de coerção. Vou dar um exemplo notável dos meios de coerção de que dispõem as autoridades eclesiásticas: o isolamento de Ellen G. White na Austrália — o lugar mais distante, no outro lado do mundo, que a Associação Geral encontrou em 1891 para mantê-la afastada do principal centro administrativo da IASD e de seus líderes. (Ver C. Mervyn Maxwell, *História do Adventismo*, 1982, pág. 265 e seguintes.)

Os motivos de seu isolamento na Austrália foram estes: 1) ela combatia o excesso de centralização e o “poder régio” (poder despótico) que se arrogavam os dirigentes; e 2) sua autoridade carismática constituía a antítese da autoridade legal-racional, típica da burocracia moderna.

Ela não desejava ir para a Austrália. Era viúva e com 63 anos de idade. Mas foi. Não tinha outra saída, pois ela mesma tinha ensinado que Deus expressava Sua vontade através da Associação Geral. Em 1901, recém chegada de volta aos EUA, ela teve que enfrentar a Assembléia da Associação Geral em Battle Creek. Suas palavras revelam o clima que esperava encontrar: “Eu não desejava ir a Battle Creek. Temia que as cargas que eu teria de suportar me custassem a vida.” (Ver também *General Conference Bulletin*, 1901, pág. 43.) Nessa Assembléia, ela defendeu “uma reorganização” fundada “num princípio diferente” do poder régio — “o amor como o que Jesus nos revelou.”

Desde os começos, a IASD teve a tendência de desviar-se da “ordem evangélica” defendida pelos pioneiros. Declarações como as que se encontram nas páginas 319 a 327 de *Testemunhos para Ministros e Obreiros Evangélicos*, indicam que Ellen G. White era contrária à administração autocrática. Recomenda que as decisões sejam tomadas em

“comissões de conselho”. Defende a idéia de que os dirigentes deveriam agir como “conselheiros” e não como “autoridades”.

Eis um exemplo dos conselhos que dava aos dirigentes:

Em vez de lutar para preparar regras e regulamentos estabelecidos, melhor seria estardes orando e submetendo a Cristo vossa vontade e vossos caminhos. Ele não Se agrada quando tornais difíceis as coisas que Ele faz fáceis. (...) O Senhor Jesus ama a Sua herança; e se os homens não pensarem ser sua especial prerrogativa prescrever regras para os seus companheiros de trabalho, mas aplicarem as regras de Cristo em sua vida seguindo-Lhe as lições, então cada um será exemplo, e não juiz. (*Idem*, pág. 192.)

Seguir tais conselhos significava e ainda significa quebrar a espinha dorsal do leviatã que os dirigentes adventistas estavam criando — a elaboração de normas, indispensável ao exercício do poder burocrático.

Se nem Ellen G. White foi ouvida e poupada, imagine o leitor o que pode acontecer com qualquer outra pessoa que ouse desafiar o leviatã adventista... Os obreiros sabem do que são capazes os meios de coerção desse monstro.

Sétimo obstáculo: para a elite administrativa dominante da IASD, Deus é uma abstração inacreditável, que funciona como uma espécie de caução inteiramente moral da subjetividade, sem presença e sem consistência de Deus. Ela acredita que a essência da ordem é divina e reduz Deus a essa essência. Dá a entender que essa essência divina se manifesta de forma concreta na máquina de administração, e que se ela (a elite dominante) não tomar conta da máquina de administração, a obra de Deus não se realizará.

Deus é afastado da organização adventista de outras maneiras. Uma delas consiste em abusar da doutrina cristã. Esta quer tomar a elite dominante a seu serviço. Mas é a elite dominante que toma a doutrina cristã a seu serviço. Essa elite segue o método dos fariseus: aparentemente zela pela doutrina, mas a manipula em proveito próprio com uma perspicácia sem limites. Ignora os mandamentos totais de Deus e frisa mandamentos menores, isolados, pois os mandamentos totais ameaçam gravemente seus interesses egoístas.

No fundo, a elite dominante não se interessa por Deus, mas pelo poder que pode exercer, pelo prestígio que obtém dos cargos que ocupa. Logo, não existe argumento bíblico ou testemunho de Ellen G. White capaz de persuadi-la a mudar seu comportamento.

Embora esse comportamento esteja longe de ser geral, ele desvenda uma discrepância entre o que os dirigentes adventistas são e o que aparentam ser. Dessa forma se enganam a si e aos outros, pois sua vontade de dominação em nada apresenta o que o Mestre é, e não serve para que os outros interpretem sua situação sempre de novo a partir de Jesus, obtendo

também com isso sempre novos aspectos de sua pessoa que correspondam à estrutura do reino de Deus.

Já que o leviatã adventista é praticamente indestrutível, o que é possível fazer para reduzir seu poder sobre os membros da IASD?

O problema propriamente político da IASD consiste em saber quem a governa, como são recrutados os que a governam, como o poder é exercido, qual é a relação entre os que a governam e os governados. Portanto, o mínimo que se pode fazer é escolher os chefes menos piores, ou o tipo de chefia que se considera o mais coerente possível com a natureza da Igreja.

O que torna o poder do leviatã adventista infinitamente perigoso não é o fato dele mandar, controlar, mas o fato de que pode tomar conta da IASD, e privar seus membros de qualquer iniciativa, até do desejo de tomarem iniciativa. Max Weber (pp. 31, 32, 260 e seguintes) percebeu que as ordens e proibições das organizações autoritárias deixam os indivíduos, sujeitos a elas, incapazes de autodireção. Também percebeu a eficiência grandiosa do homem livre, criado pelas associações voluntárias, nas quais o indivíduo tem que provar a sua igualdade com os outros, sua capacidade de decisão autônoma, seu bom senso e sua atitude responsável, em vez de sua capacidade para acatar as ordens de autoridade. Portanto, os membros leigos da IASD estarão menos submetidos à dominação do monstro se formarem associações voluntárias, cujas atividades se realizem fora das instituições adventistas. Convém lembrar o seguinte: a Igreja é, em tese, uma associação voluntária, e os seguidores de Cristo deveriam ser homens livres.

A grande ironia constatada na análise: a IASD, que deveria ser um agente da libertação em Jesus Cristo, transformou-se em uma máquina de dominação.

(FIM)